

# **Evolução do Nacionalismo Catalão: fatores institucionais e políticos, consequências e resultados**

**Isabel Cristina Rua Pires**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política**

**Versão corrigida e melhorada após defesa pública**

Isabel Cristina Rua Pires, Evolução do Nacionalismo Catalão: fatores institucionais e políticos, consequências e resultados, 2020

**Dezembro, 2020**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação  
científica da Professora Doutora Madalena Mayer Resende

*À Cristina, ao Jorge e ao André, família incansável.*

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação veio num tempo diferente do que inicialmente era suposto. Mas ainda bem, porque o tempo permitiu-me conhecer com mais pormenor uma realidade política fascinante.

A ordenação de agradecimentos é sempre uma tarefa ingrata, mas não posso deixar de agradecer a insistência permanente da Cristina e do Jorge, pai e mãe. À Clara Tur, por ter sido amiga, confidente e a catalã em Lisboa que mais me incentivou a estudar, ler e perceber melhor o que se passava na Catalunha.

Aos e às catalães que me foram acompanhando no percurso e com quem tive oportunidade de conversar, nomeadamente à Natàlia Sanchez, ao Josep Carod-Rovira, ao Albert Boltran. Uma palavra especial ao Jordi Cuixart, por uma das conversas mais gratificantes e esclarecedoras da minha vida política e pessoal, que ocorreu há 2 anos na prisão de Lledoners.

Aos meus amigos e amigas, que durante este percurso foram o suporte em tempo de pandemia para que o trabalho avançasse.

Obrigada a todos e todas!

# **EVOLUÇÃO DO NACIONALISMO CATALÃO: FATORES INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS, CONSEQUÊNCIAS E RESULTADOS**

**ISABEL CRISTINA RUA PIRES**

## **RESUMO**

O nacionalismo catalão pode ser entendido como expressão de uma das três nacionalidades identificadas em Espanha (Catalunha, País Basco, Galiza). A evolução do nacionalismo catalão sofreu mutações políticas que o transformaram de um nacionalismo cultural e/ou linguístico para um nacionalismo mais claramente independentista ou separatista. Este trabalho pretende (1) analisar os conceitos de nacionalismo cultural e nacionalismo separatista/independentista e como se adequam ao caso espanhol e catalão, (2) enumerar os principais fatores políticos e institucionais que provocaram alterações na natureza do nacionalismo catalão, nomeadamente a Constituição de 1978, o processo de revisão do Estatuto de Autonomia, iniciado em 2006, e a consequência prática da decisão do Tribunal Constitucional de 2010 e (3) perceber os resultados das alterações no nacionalismo catalão para o cenário político do referendo de 1 de outubro de 2017 na Catalunha e consequente polarização política.

**PALAVRAS-CHAVE:** nacionalismo; nacionalismo cultural; nacionalismo separatista/independentista; Catalunha; Espanha.

## **ABSTRACT**

The catalan nationalism can be understood as an expression of one of the three nationalities identified in Spain (Catalunya, Basque Country and Galiza). The evolution of the Catalan nationalism suffered political mutations that transformed it from a cultural and/or linguistic nationalism towards a more clearly independentist or separatist nationalism. This thesis intends to (1) analyse the concepts of cultural and/or linguistic nationalism and separatist/independentist nationalism and how they apply to the Spanish and Catalan case, (2) enumerate the main political and institutional factors that caused changes in the nature of the Catalan nationalism, namely the Constitution of 1978, the process of revision of the statute of autonomy that began in 2006 and the practical consequences of the decision of the Constitutional Court in 2010 and (3) understand the results of the changes in Catalan nationalism under the political scenario of the referendum of October 1 of 2017 in Catalunya and consequent political polarization,

**KEYWORDS:** nationalism; cultural nationalism; separatist nationalism; Catalunya; Spain.

## Índice

I.	Introdução.....	1
II.	Nacionalismo(s): análise teórica e conceitos utilizados.....	4
III.	Evolução do nacionalismo catalão .....	12
	a. Nacionalismo catalão: história, língua e instituições.....	12
	b. Nacionalismo catalão: evolução e definição.....	16
IV.	Momentos chave para a evolução do nacionalismo catalão.....	23
	a. A Constituição Espanhola de 1978.....	23
	i. O processo de transição: 1976-1978.....	23
	ii. Arquitetura constitucional para acomodar as “questões nacionais” .....	28
	b. A revisão do Estatuto de Autonomia da Catalunha de 2006.....	32
	i. Envio para o Tribunal Constitucional.....	32
	c. Decisão do Tribunal Constitucional de 2010.....	37
	i. Reações à sentença do Tribunal Constitucional.....	40
V.	Conclusões.....	45
VI.	Bibliografia.....	48
VII.	Webgrafia.....	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANC: Assemblée Nacional Catalana

AP: Alianza Popular

CCOO: Confederación Sindical de Comisiones Obreras

CDC: Convergència Democràtica de Catalunya

CE: Constitución Española

CiU: Convergència i Unió

CUP: Candidatura d'Unitat Popular

ERC: Esquerra Republicana de Catalunya

ETA: Euskadi Ta Askatasuna

ICV: Iniciativa per Catalunya- Verds

PCE: Partido Comunista de España

PNV: Partido Nacionalista Vasco

PSOE: Partido Socialista Obrero de España

TC: Tribunal Constitucional

UCD: Unión de Centro Democrático

UCD: Unión de Centro Democrático

UGT: Unión General de Trabajadores



## I. Introdução

O estudo do nacionalismo é um eixo relevante na Ciência Política, mas também para a análise das sociedades e dos diferentes modelos de organização de estado e potenciais conflitos políticos.

Se o estudo do nacionalismo enquanto conceito teórico ganhou expressão no século XIX, nomeadamente em momentos históricos em que fenómenos relacionados com o nacionalismo se impuseram na política internacional, como as unificações de Estados como a Alemanha ou as duas guerras mundiais, hoje em dia parece-nos relevante abordar este tema pela atualidade do mesmo.

Não ignoramos que, sendo o Estado-Nação a forma tradicional ambicionada para materializar ambições políticas de uma determinada identidade nacional, a emergência de sentimentos nacionais ou identidades dentro de Estados tem vindo a colocar questões, tanto teóricas como práticas, ao estudo do nacionalismo enquanto fenómeno político.

O debate que coloca o nacionalismo isolado pela conotação histórica que advém, especialmente, do trauma da Segunda Guerra Mundial e dos fascismos, não nos parece suficiente. É preciso recuperar o debate teórico dos nacionalismos e aplicar as teorias existentes a estudos de caso atuais por forma a perceber se, de facto, os nacionalismos são uma corrente em fim de linha ou se, pelo contrário, podem em determinados contextos oferecer uma resposta progressista contra opressões.

Atualmente, e focando-nos no contexto europeu, o caso de estudo escolhido é o nacionalismo catalão. Espanha oferece, do ponto de vista teórico, uma riqueza grande, já que é um exemplo claro da existência de vários nacionalismos em confronto dentro de um Estado.

Por isso, a presente dissertação de mestrado tem como pergunta de partida “que fatores políticos e institucionais contribuíram para a evolução do nacionalismo catalão?”. Pretende-se, através da análise de conceitos e momentos históricos concretos, perceber que fatores políticos e institucionais levaram à evolução de um

nacionalismo iminentemente cultural e linguístico para um nacionalismo mais claramente independentista, ou separatista, com um cariz marcadamente político.

O nacionalismo catalão pode ser entendido como expressão de uma das três nacionalidades identificadas em Espanha (Catalunha, País Basco, Galiza). A evolução do nacionalismo catalão sofreu mutações políticas que o transformaram de um nacionalismo cultural e/ou linguístico para um nacionalismo mais claramente independentista ou separatista.

No que toca à análise teórica do nacionalismo, têm existido várias abordagens que permitem delimitar um quadro conceptual. Desse ponto de vista, e para efeitos do estudo agora proposto, o capítulo IV analisará o nacionalismo catalão através dos conceitos de nacionalismo cultural e/ou linguístico e o nacionalismo separatista/independentista (Breuilly, 1993). Esta análise pretende situar o nacionalismo catalão ao longo do tempo e perceber a sua evolução.

No entanto, afigura-se importante, antes dessa delimitação, entender o quadro conceptual mais abrangente do estudo dos nacionalismos (Capítulo II), onde damos destaque à obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson (Anderson, 1983), para uma visão mais abrangente sobre o tema, mas também à obra *Nations and Nationalism* de Ernest Gellner (Gellner, 2006) e *Nationalism and the State* de John Breuilly (Breuilly, 1993), para uma delimitação maior de conceitos de nacionalismos.

No capítulo III, passaremos, então, a uma análise mais concreta do nacionalismo catalão, percorrendo antecedentes históricos, linguísticos e culturais e, numa fase posterior, às formas de consubstanciação política da identidade catalã e sua reflexão no panorama político. Nesta fase, com a análise teórica e a identificação de momentos relevantes para o estudo proposto, tentaremos dar uma imagem mais abrangente desta evolução do nacionalismo catalão na sua consequência política, que culminou no referendo de 2017.

Depois do enquadramento teórico dos nacionalismos avançaremos para, no capítulo IV, um enquadramento analítico de 3 momentos identificados como

momentos-chave para entender a alteração de um nacionalismo cultural para um nacionalismo claramente independentista.

Em primeiro lugar, faremos uma breve análise da Constituição de 1978 enquanto momento fundador do quadro jurídico e político do regime político espanhol atual e os pontos determinantes na relação com as autonomias. Em segundo lugar, far-se-á uma análise da proposta de revisão do Estatuto de Autonomia da Catalunha, de 2006. Para uma análise do processo político, opta-se pelo levantamento de alguma resenha jornalística das principais tomadas de posição dos atores envolvidos no processo. Em terceiro lugar, a decisão do Tribunal Constitucional, em 2010, que finalizou o processo iniciado em 2005 e deu lugar, então, a um processo político de reforço do nacionalismo catalão independentista.

## II. Nacionalismo(s): análise teórica e conceitos utilizados

*“Assim, num espírito antropológico, proponho a seguinte definição da nação: é uma comunidade política imaginada - e que é imaginada ao mesmo tempo que intrinsecamente limitada e soberana.”* (Anderson, 1983)

É assim que Benedict Anderson, na sua obra *Comunidades Imaginadas* avança com uma proposta de definição de nação, início prometedora para uma obra e um autor referenciais para a teoria política do nacionalismo. Apesar de vários autores se terem dedicado ao estudo do nacionalismo, não há uma definição absolutamente fechada ou estanque sobre este conceito, mas há, sem dúvida, alguns autores e obras que nos ajudam a encontrar definições (no plural) que permitem uma análise empírica, como a que se pretende com este trabalho.

Mas recuemos um pouco. O estudo do nacionalismo, enquanto conceito teórico, ganhou expressão no século XIX, nomeadamente em momentos históricos em que fenómenos relacionados com o nacionalismo se impuseram na política internacional, como a unificação de Estados como a Alemanha ou as duas guerras mundiais.

Sendo o Estado-Nação a forma tradicional ambicionada para materializar ambições políticas de uma determinada identidade nacional, a emergência de sentimentos nacionais ou identidades dentro de Estados tem levantado vários debates teóricos.

Voltando a Anderson, no estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo ao livro *Comunidades Imaginadas*, resume-se a análise que Anderson tentou fazer: *“Em Comunidades Imaginadas Anderson explica de que modo a expansão da imaginação nacional foi o resultado imprevisível de uma conjugação de fatores, em que se associou a interação de um sistema capitalista de relações produtivas, a tecnologia das comunicações impressas e a inevitável diversidade linguística.”* (Anderson, 1983, p. xix)

Esta obra permite ter uma visão antropológica e mais afastada da ciência política, mas não por isso menos válida para enquadrar, num quadro abrangente, o debate teórico em torno dos nacionalismos.

Assim, Anderson explica porque é que considera a *nação* como *comunidade imaginada*. É *imaginada* porque “(...) até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua *comunhão*.” (Anderson, 1983, p. 25). Continua dizendo que a nação é imaginada como *limitada*, como *soberana* e como *comunidade*. Limitada porque no cenário mais hipotético há fronteiras que delimitam qualquer comunidade e “(...) nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites da humanidade”. Soberana porque “(...) o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina.”. Por fim é comunidade porque “(...) independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma *agremiação horizontal e profunda*.” (Anderson, 1983, pp. 25–27).

Mais concretamente, ao longo da análise feita por Anderson, este considera que há 3 fatores que contribuem, diretamente, para o desenvolvimento do conceito de nacionalismo: a evolução tecnológica da imprensa, as relações produtivas do sistema capitalista e a diversidade linguística.

A imprensa teve, historicamente, um papel fundamental que acompanhou a evolução da sociedade e acompanhou, também, alterações significativas do ponto de vista científico e tecnológico. No entendimento do autor, a imprensa tem, não só um papel fundamental na evolução de determinadas tecnologias, mas também na forma como as sociedades se percebem a si mesmas, na forma como os indivíduos se relacionam entre si e na forma como a mensagem política (ou outra, religiosa, cultural) é transmitida.

Nesse sentido, a massificação do jornal e a evolução da tipografia permitiu que um determinado número de pessoas, num mesmo estado, região ou cidade, pudesse ler o mesmo conteúdo, ao mesmo tempo, criando, assim, a ideia de uma comunidade. Como afirma Anderson, “ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao observar cópias exatas do seu jornal a serem consumidas pelos seus vizinhos (...) renova continuamente a certeza de que o mundo imaginado está visivelmente enraizado na vida quotidiana. (...) a ficção infiltra-se calma e continuamente na realidade, criando essa notável confiança

*da comunidade no anonimato, que é a marca distintiva das nações modernas.”* (Anderson, 1983, p. 56).

Interligando esta questão da imprensa com as relações produtivas do sistema capitalista, foi, para o autor, o capitalismo de imprensa que fomentou alterações de paradigma na forma como os indivíduos em sociedade se percebem e relacionam: *“nenhum outro factor terá precipitado tanto e tornado esta busca tão fecunda como o capitalismo de imprensa, que permitiu que um número de pessoas que aumentava rapidamente pensassem acerca de si mesmas e se relacionassem com as outras de formas profundamente novas.”* (Anderson, 1983, p. 57).

As relações produtivas do sistema capitalista permitiram alargar a bases cada vez mais numerosas, não só tecnologia, mas também acesso a determinados bens ou a formas coletivas de organização decorrentes de consciência de classe. Começavam a criar-se laços e comunidades, sendo a imprensa e o seu desenvolvimento enquanto mercadoria um fator determinante para a criação de uma ideia de simultaneidade necessária para a criação de uma *comunidade imaginada*.

Por outro lado, a questão linguística. Na verdade, o protestantismo e o capitalismo de imprensa influenciaram grandemente a evolução das línguas e a forma como eram utilizadas e a quem chegavam. Se, até à Reforma, o latim e “línguas antigas” eram as utilizadas pelo poder (religioso ou dinástico) e apenas chegavam a um número muito pequeno de pessoas alfabetizadas, a partir desse momento o paradigma alterou-se para uma maior abertura aos chamados “vernáculos”, ou línguas não oficiais, faladas pela população alfabetizada e não alfabetizada.

A tentativa de integração, pelo poder (agora político), de “vernáculos” tinha como propósito uma uniformização, mas, como Anderson refere, *“pode acontecer que línguas específicas morram ou sejam banidas, mas não havia nem há a possibilidade de a humanidade sofrer uma unificação linguística geral”*.

Daí a relação intrínseca entre sistema de produção e relações de produção capitalistas, a tecnologia de comunicação e a fatalidade da diversidade linguística

humana serem 3 fatores essenciais para compreender a nação enquanto *comunidade imaginada*, e, portanto, de uma consciência nacional.<sup>1</sup>

Em suma, o trabalho de Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas* é útil para enquadrar uma estrutura de análise mais ampla das origens antropológicas do nacionalismo.

Um outro trabalho bastante útil e completo do estado dos nacionalismos é o de Ernest Gellner, no livro *Nations and Nationalism*. Na verdade, e comparando com a análise de Anderson, o nacionalismo está, para o autor, intimamente ligado e decorre da modernidade, ou seja, do período industrial. Segundo o autor, a sociedade pré-industrial tem características que não permitem o desenvolvimento de nações e nacionalismos, já que não há uma penetração do Estado (ou forma de governo) nas diferentes comunidades (Gellner, 2006)

Esse poder de penetração nas diferentes comunidades que coabitam um Estado é essencial e decorre, em grande medida, de condições que apenas surgem e se fortalecem numa sociedade industrial. Aqui, podemos afirmar que há proximidade com a análise de Anderson, na medida em que Gellner avança que o papel da educação de massas e do vernáculo foram fundamentais para fundamentar uma “cultura”, na qual a “identidade” é gerada.

Ora, estas condições apenas se verificam, objetivamente, em sociedades industriais, daí o autor afirmar que o nacionalismo é fruto da modernidade. O autor continua dizendo que “*The remorseless pressure towards a standard culture based on a written vernacular which is congruence with the state is what produces ‘nations’. The sense that national identity is natural is one expression of this irresistible convergence of state, population and culture within industrial society*” (Gellner, 2006, p. xxiv).

---

<sup>1</sup> Apesar da importância da língua, o seu papel no desenvolvimento dos nacionalismos deve, para o autor, ser vista com cautela: “É sempre um erro tratar as línguas como alguns ideólogos nacionalistas as tratam - como *emblemas* da qualidade nacional, tal como as bandeiras, os costumes, as danças tradicionais e tudo o resto. A característica mais importante das línguas é a capacidade que têm de gerar comunidades imaginadas, construindo, efetivamente, *solidariedades particulares*. (...) É a língua de imprensa que inventa o nacionalismo, e não *uma* língua particular em si mesma.” (Anderson, 1983, p. 176).

Um outro aspeto relevante para a nossa análise é a resposta à pergunta se o nacionalismo é um elemento unificador ou de conflito. Gellner refere que embora seja um processo unificador, o nacionalismo é mais referido como conflito e/ou separação face ao Estado (Gellner, 2006). Ora, sendo o processo de industrialização um processo desigual, o nacionalismo pode servir como base comum para alianças temporárias entre classes superiores e proletariado, aliança essa que *“often breaks down once national Independence is achieved”* (Gellner, 2006, p. xxv). Desta forma, o autor afasta-se de um rótulo marxista da sua análise, apesar de pontos comuns.

Assim, segundo o autor, o nacionalismo *“(...) is not a sentiment expressed by pre-existing nations; rather it creates nations where they did not previously exist.”* (Gellner, 2006). Admite, no entanto, que certas condições pré-existent influenciam formações nacionais específicas, mas estas condições equivalem a nações pré-nacionalistas. Desta forma, refuta a ideia de uma “naturalidade” no nascimento ou criação de movimentos nacionalistas, mas antes que têm que existir determinadas condições objetivas que o façam surgir.

Primariamente, o nacionalismo é, para Gellner, um princípio político que defende que a unidade política e unidade nacional devem ser congruentes. Ou seja, tem como objetivo, enquanto movimento, a formação de um Estado. Por isso, o nacionalismo é uma teoria de legitimação política.

Assim, o autor afasta-se de teorias mais antropológicas e define o sujeito de estudo enquanto um sujeito político. Na verdade, John Breuilly bebeu muito da análise de Gellner e é outro dos autores fundamentais para o estudo de caso em análise, com conceitos mais concretos e fechados que permitem situar o nacionalismo catalão.

Adotamos a conceptualização de John Breuilly, na sua obra *Nationalism and the State*. Breuilly argumenta que o nacionalismo deve ser entendido como uma forma de política e que essa apenas faz sentido de acordo com um contexto político particular e com os objetivos desse nacionalismo, em linha, aliás, com o que defende Gellner (Breuilly, 1993).

Desta forma, o autor indica que *“the term ‘nationalism’ is used to refer to political movements seeking or exercising state power and justifying such action with*



*nationalist arguments.*”(Breuilly, 1993, p. 2). Estes “argumentos políticos” são baseados em 3 asserções base: (1) que existe uma nação com um caráter explícito e peculiar; (2) que os interesses e valores dessa nação têm prioridade sobre todos os outros interesses e valores; (3) que esta nação deve ser tão independente quanto possível, o que requer, normalmente, a realização de soberania política (Breuilly, 1993).

Sumarizando a posição defendida pelo autor, o nacionalismo deve ser entendido como forma de política e essa forma faz sentido apenas em termos do contexto político particular e objetivos do nacionalismo. Central para compreender esses objetivos é o estado moderno. O estado moderno, ao mesmo tempo, dá forma às políticas nacionalistas e providencia essas políticas com o seu principal objetivo, nomeadamente, a posse do estado (Breuilly, 1993).

Quanto à classificação do autor das tipologias de nacionalismo, ele parte do princípio baseado na relação entre o movimento nacionalista e o estado (que ou controla ou ao qual se quer opor). Dessa forma, uma oposição nacionalista pode procurar separar-se do estado (separatista), pode procurar reformar o estado numa direção nacionalista (reformista) ou pode procurar unificar o estado com outros estados (unificador) (Breuilly, 1993).

	Opositor a não estados-nação	Opositor a estados-nação
Separatista	Grego, nigeriano	Basco, Ibo
Reformista	Turco, japonês	Fascismo, Nazismo
Unificador	Alemão, Italiano	Árabe, Pan-Africano

Imagem 1 – Reprodução da tabela criada pelo autor, página 9, original em inglês.

Embora o autor analise todas estas classificações, iremos focar na classificação do autor sobre o nacionalismo separatista nos Estados-Nação Desenvolvidos (capítulo 12, Parte III). Partindo do estudo de caso da Escócia (passando por breves referências ao Quebec e ao País Basco), o autor considera que a única generalização que se pode retirar destes movimentos é que *“the distinctive element in these new separatist movements is the leading role played by economically more advanced or more rapidly developing regions”* (Breuilly, 1993, p. 334)

Ora, isto parece enquadrar, como o autor faz para o movimento nacionalista basco, também o movimento catalão de uma forma mais clara no período após 2010, como veremos mais à frente.

Genericamente, podemos afirmar o nacionalismo enquanto corrente de pensamento político que está intrinsecamente ligado ao contexto geográfico em que se analisa, mas, acima de tudo, apenas podemos falar de nacionalismos no pós-industrialização e que a sua natureza está ligada à forma como o movimento se relaciona com o poder, o Estado-Nação.

Dessa forma, e considerando a classificação de Breuilly, ilustrada no quadro anterior, incluímos o nacionalismo catalão na classificação de “separatista” já que é, também,positor ao Estado-nação.

No entanto, como iremos verificar, essa classificação aplicada à Catalunha não é linear. Por isso, ao longo do trabalho abordaremos uma evolução histórica do nacionalismo catalão para compreender como, ao longo do tempo, e especialmente após a sentença do Tribunal Constitucional de 2010 (decorrente da alteração do Estatuto de Autonomia), passou, efetivamente, a entrar em confronto com o estado central. Foi a partir de 2012 que as forças políticas catalãs consideradas independentistas deram início ao processo de reivindicação da independência catalã.

De facto, ao longo deste trabalho consideramos a dicotomia entre um “nacionalismo cultural/linguístico” e um “nacionalismo separatista/independentista”. Assim, o nacionalismo cultural, tendo as características, do ponto de vista da sua origem, do nacionalismo conforme preconiza Breuilly ou Gellner, distingue-se do nacionalismo separatista pela forma como se concretiza na prática.

Ou seja, o nacionalismo cultural é aquele que consegue equilibrar o desejo de maior autonomia cultural, linguística e histórica de uma nação com a manutenção da sua existência dentro de um outro Estado. Isto contrasta com o nacionalismo separatista, cuja característica definidora é, como já referido, a vontade e a proposta prática de se separar face ao Estado-Nação em que se encontra incluído.

No caso de estudo da Catalunha iremos verificar a evolução do nacionalismo catalão, que permite compreender a diferença destes dois conceitos e iremos perceber quais os momentos que permitem identificar essa evolução.

### III. Evolução do nacionalismo catalão

#### a. Nacionalismo catalão: história, língua e instituições

A história da Catalunha é bastante rica e, por isso, não seria possível fazer uma análise detalhada de todo o percurso que vai enformando uma identidade nacional e um território, mas é possível identificar alguns antecedentes históricos (e políticos) que são relevantes na caracterização e compreensão do nacionalismo catalão. Alguma historiografia determina que o território a que se chamará Catalunha a partir do século XII tem origem na fronteira cristã contra muçulmanos e o nome tem a sua origem na palavra catalã *castlans* (castelos) (Agustí, 2002).

Há, assim, alguns momentos históricos que enunciamos e que ajudam a compreender que o nacionalismo catalão (ou catalanismo) não é um fenómeno recente.

Em primeiro lugar, é importante assinalar um marco histórico que ainda hoje tem um significado potente na política e cultura catalã: a Guerra *dels Segadors*, de 1640. Foi um conflito quase permanente, ora com França ora com a monarquia espanhola, que marcou politicamente o território catalão (Nuñez-Seixas, 1995) (que perdeu parte dele para França em 1659, após o Acordo de Paz dos Pirenéus e viu desaparecer as suas instituições político-administrativas próprias) e denotou, em alguns momentos, uma interligação entre revolta popular e revolução política (Agustí, 2002).

Em segundo lugar, o *Decreto de Nueva Planta*<sup>2</sup>, que decorre da derrota catalã em 1714 e foi implantado em 1716. Este Decreto trouxe alterações à organização territorial e política (que passa a estar submetida ao Estado espanhol monárquico, nomeadamente ao exército e é alterada a disposição de municípios e as suas eleições), à cultura e educação (a língua catalã é proibida e impõe-se o castelhano) e ao sistema tributário (são criados dois tipos de *catastro* – cadastro – para coleta de impostos) (Agustí, 2002).

Pese embora a tentativa central de controlar o território catalão através de repressão e mudanças burocráticas, a resistência não desapareceu e terá novos momentos em que se manifesta. O século XVIII foi, apesar das dificuldades, um século

---

<sup>2</sup> <https://web.gencat.cat/en/generalitat/historia/regim-de-nova-planta/>.

de franco crescimento económico baseado num notável crescimento da população (Balcells, 2004). Vive-se um período de modernização da produção agrícola, reativação do comércio através, sobretudo, do Porto de Barcelona, e de início do processo de industrialização (que vai beneficiar, também, da vinda de mais matérias primas do comércio colonial) (Agustí, 2002).

Mas os conflitos político-bélicos sucederam-se, e a Guerra dos Sete Anos evidenciou no território catalão uma dicotomia entre defensores de uma república federal e a monarquia. Na verdade, entre 1873 e 1874, após severa contestação da coroa, é proclamada a primeira república espanhola, período dentro do qual chega a ser proclamado o Estado Catalão, processo prontamente abortado. (Agustí, 2002)

Em terceiro lugar, destacamos o período que ficou conhecido como *Renaixença*<sup>34</sup>. Foi um movimento eminentemente cultural, apesar de se ter confundido, em determinados momentos, com alguns debates políticos sobre o rumo do catalanismo ou do nacionalismo catalão. Segundo Balcells, “*Nadie discute el papel de la Renaixença, es decir, de la recuperación del catalán como lengua literaria, en la preparación del ambiente en que nació el nacionalismo catalán.*” (Balcells, 2004, p. 46).

A *Renaixença* perpassou quase todo o século XIX e tem-se identificado como um dos momentos fundadores a publicação da obra *La Oda a la Pàtria*, de Bonaventura Carles Aribau (Balcells, 2004). Foi uma obra importante pelo que preconizou no que toca ao papel da língua na identidade catalã: “(...) *al identificar lengua y patria, la famosa poesía de Aribau formulaba, sin proponérselo, una de las ideas clave del catalanismo. La lengua había de desempeñar el papel de signo principal de identidad colectiva de los catalanes.*” (Balcells, 2004, p. 47).

Vários são os autores catalães, nessa altura, que concorrem para consolidar a língua catalã do ponto de vista literário: embora seja já uma língua coloquial e falada pela população em geral, não está estandardizada e muitos são os académicos, de quase

---

<sup>3</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0054881.xml>.

<sup>4</sup> <https://llettra.uoc.edu/ca/periode/la-renaixenca/detall>.

todas as áreas científicas, que receiam escrever em catalão. A própria imprensa não o faz, utilizando o castelhano, porque apenas esta última é ensinada nas escolas.

Por isso, conclui-se que a necessidade de ter uma cultura catalã exigirá “catalanizar” o ensino e conseguir que o catalão tenha estatuto de língua oficial. Ora, nesta lógica, a independência torna-se necessária (não obstante terem surgido, a partir daí, várias formas políticas de a atingir em discussão) (Balcells, 2004).

O ressurgimento do catalanismo no século XIX tem por base a ideia de que a Catalunha tem uma estrutura social distinta da de Espanha, língua própria, direitos e tradições características, história diferenciada e instituições que albergam governo próprios (Agustí, 2002, p. 150).

É neste ambiente de efervescência cultural que é fundado, em 1882 o *Centre Català*<sup>5</sup>, aquela que é considerada a primeira entidade política do catalanismo. É, em grande parte, impulsionado por Valentí Almirall, que em 1880 havia fundado o primeiro jornal diário em catalão (o *Diari Català*) e pelo primeiro Congresso Catalanista, numa tentativa de agregar várias forças, intelectuais e artistas que vinham pensando a questão de um ponto de vista mais político (Balcells, 2004).

Em 1887, o *Centre Català* sofre uma cisão. Os setores mais conservadores criam a *Unió Catalanista*<sup>6</sup> e os restantes reconvertem-se no *Centre Nacional Català*<sup>7</sup>. Mas, em 1901, os dois setores aproximam-se e decidem apresentar uma lista às eleições gerais conjunta, tendo criado o primeiro partido político catalanista: a *Lliga Regionalista*<sup>8</sup>, de onde se destaca o papel de Enric Prat de la Riba, que lança o livro *La nacionalitat catalana*, em 1906, que viria a ser, para muitos, a base teórica fundadora do nacionalismo catalão (Krauel, 2013).

Em quarto lugar, assinalamos a criação da *Mancomunitat*<sup>9</sup>, primeira organização político-administrativa catalã desde 1714, que agrupou as quatro *diputaciones* da

---

<sup>5</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-partits-98.xml>.

<sup>6</sup> <http://www.basesdemanresa.cat/les-bases-de-manresa/>.

<sup>7</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-partits-100.xml>

<sup>8</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-partits-712.xml>

<sup>9</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0039693.xml>.

Catalunha (Agustí, 2002). Esta era uma reivindicação do catalanismo importante, já que concorre para a consolidação de entidades administrativas próprias do território (tendo, no imaginário comum, a derrota que foi, em 1714, a extinção da Generalitat dado origem ao dia nacional da Catalunha). No entanto, a *Mancomunitat* viu o seu fim em 1925, já que foi extinta pouco tempo depois de ter início da ditadura de Primo de Rivera. Apesar do curto tempo de vida, deixou uma obra significativa na consolidação da cultura catalã<sup>10</sup>.

Em quinto lugar, a Segunda República foi um momento também ele definidor do ponto de vista político, tendo visto surgir dois dos principais partidos que teriam relevância durante a resistência franquista, mas também no período de transição: a Esquerra Republicana de Catalunya (ERC<sup>11</sup>) e a Unió Democràtica de Catalunya (UDC<sup>12</sup>), ambos criados em 1931. Além disso, foi na Segunda República (proclamada em território catalão) que, em 1932, foi aprovado o primeiro Estatuto de Autonomia, não isento de críticas por parte dos nacionalistas catalães (Agustí, 2002).

Por fim, não é possível terminar esta secção sem referir a Guerra Civil e a ditadura franquista (Balcells, 2004), pela violência extrema para toda a Espanha que representaram, mas também pelos efeitos mais específicos que tiveram para a Catalunha, que foi das regiões mais fustigadas com a Guerra Civil e onde a repressão franquista à língua, à história, às instituições e aos líderes nacionalistas foi tremenda (tal como no País Basco) (Agustí, 2002).

Estes antecedentes históricos afiguram-se relevantes para assinalar brevemente parte da evolução do sentimento nacional na Catalunha, do ponto de vista linguístico, mas também institucional e político-partidário. Não são os únicos, com certeza, mas aqueles que mais tarde, durante o período democrático e, em especial, após a sentença

---

<sup>10</sup> “(...) en 1912 crea una cátedra de Lengua Catalana en la Universidad de Barcelona, dirigida por Pompeu Fabra; en 1914 inaugura la Biblioteca de Catalunya; en 1916 funda la Escuela de Directores de Industrias Químicas; en 1918 crea las Escuelas de Comercio de Tarragona, Lérida, Sabadell y Reus; en 1921 auspicia la II conferencia Psicotécnica Aplicada a la Orientación Profesional (...)” (Agustí, 2002, p. 169).

<sup>11</sup> <https://www.esquerra.cat/ca/historia-partit-esquerra-republicana-erc>.

<sup>12</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0068387.xml>.

do Tribunal Constitucional de 2010, tiveram influência na consolidação do nacionalismo catalão.

#### b. Nacionalismo catalão: evolução e definição

No capítulo III analisamos 3 momentos chave para compreender a evolução do nacionalismo catalão e, no início do presente capítulo selecionamos alguns antecedentes históricos relevantes. Agora, e com vários elementos analisados, propomo-nos a um exercício de definição e evolução do nacionalismo catalão.

Voltamos um pouco atrás, retomando a análise dos nacionalismos em Espanha. Xosé Nuñez-Seixas, no texto “Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspetiva histórica e algumas hipóteses para o presente”, traça uma análise dos nacionalismos atravessando diferentes momentos históricos e diferentes tipos de organização política.

Começa por dar a sua definição de nacionalismo: “(...) *é aquela doutrina política que defende o direito à autodeterminação para uma nação concreta e que, por essa razão, assume e defende que esse coletivo humano é a principal referência e a base da legitimidade política.*” (Nuñez-Seixas, 1995, p. 489). Do ponto de vista histórico, e referindo-se aos nacionalismos em Espanha, Seixas diz-nos que a realidade no século XIX e XX é muito dinâmica, pelo que há “(...) *processos de construção nacional contrapostos, dialéticos e mesmo interatuantes.*” (Nuñez-Seixas, 1995, p. 491).

A ideia de que existem processos dialéticos no desenvolvimento do nacionalismo espanhol, por um lado, e no nascimento e desenvolvimento dos nacionalismos periféricos, por outro, remete-nos para uma dimensão de combate político e/ou cultural mais ou menos permanente, que atravessou vários momentos históricos, mas também diferentes tipos de organização do Estado e diferentes regimes políticos, inclusive. Esta ideia de processos dialéticos e de confronto também é defendida por Filipe Vasconcelos Romão, que coloca a análise dos nacionalismos em Espanha de um ponto de vista de confrontos políticos permanentes (Romão, 2014).

Assim, Seixas defende que “*existe uma relação constante entre o desenvolvimento do nacionalismo espanhol e o nascimento e evolução dos*



*nacionalismos periféricos. (...) Não se pode conceber a questão nacional em Espanha como se cada nacionalismo, (...), fosse um compartimento estanque (...): o desenvolvimento do nacionalismo espanhol através das diferentes épocas condiciona o dos nacionalismos que designaremos por periféricos, e o processo inverso acontece também.”* (Nuñez-Seixas, 1995, p. 491).

No primeiro capítulo afirmávamos que o nacionalismo, enquanto corrente de pensamento político, está intrinsecamente ligado ao contexto geográfico em que se analisa, mas acima de tudo apenas podemos falar de nacionalismos no pós-industrialização e a sua natureza está ligada à forma como o movimento se relaciona com o poder, o Estado-Nação. Ora, considerando os elementos analisados até agora, parece-nos que se afigura correta a afirmação inicial.

O contexto geográfico espanhol tem particularidades que potenciaram o crescimento de sentimentos e movimentos nacionalistas concorrentes entre si (centro/periferia). Durante vários séculos houve tentativas “nacionalizadoras” por parte do centro político espanhol que, para Nuñez-Seixas saíram fracassadas, especialmente quando comparadas com outros países europeus: *“A diferença em relação a outros Estados europeus ao longo do século XIX consiste na intensidade da sobrevivência das diferentes etnicidades diferenciais em muitos dos seus territórios, facto que, em nosso entender, se deve sobretudo mais ao próprio fracasso do processo de construção do Estado nacional espanhol (...)”* (Nuñez-Seixas, 1995, p. 493).

O autor identifica fatores que explicam este fracasso, nomeadamente um baixo grau de desenvolvimento industrial, fraca capacidade operativa de implementar matérias como um sistema de educação nacional, um exército com papel unificador ou a criação de uma união simbólica em torno do Estado espanhol (Nuñez-Seixas, 1995).

Já durante o franquismo, Nuñez-Seixas identifica novas dificuldades nessa capacidade centralizadora: *“O franquismo, em grande medida, aumentou o efeito de incubação que já tinha produzido a ditadura de Primo de Rivera: neste sentido, a proposta de nacionalismo espanhol de raiz católico-tradicional combinada com alguns contributos provenientes do fascismo hispânico não conseguiu impor-se nem eliminar os nacionalismos periféricos. Bem pelo contrário: a presença real de uma opressão estatal*

*que procurava reduzir não só os nacionalismos periféricos a uma expressão mínima, mas também às suas manifestações culturais - e sobretudo à perseguição da promoção das línguas (...) - deu a ideia real de «ocupação espanhola» nalgumas zonas (...) e contribuiu para a coesão das comunidades nacionalistas catalãs e bascas.”* (Nuñez-Seixas, 1995, p. 514).

Por outro lado, o processo de industrialização na Catalunha foi acompanhado e seguido de uma consolidação cultural e linguística (*Renaixença*) que deu origem, mais tarde, às primeiras entidades políticas claramente nacionalistas e formas de organização administrativas próprias do território. A partir desta altura, em especial a partir do final do século XIX e início do século XX, surgem as bases do nacionalismo catalão e da busca pelo poder por forma a chegar a graus superiores de autonomia ou, em último caso, à independência do território. (Nuñez-Seixas, 1995).

Já nos detivemos sobre momentos históricos pré-transição que consideramos importantes para a análise do nacionalismo catalão, bem como nos iremos deter sobre 3 fatores mais recentes: Constituição de 1978, revisão do Estatuto de Autonomia de 2006 e decisão do Tribunal Constitucional de 2010. Neste momento, parece-nos relevante aludir ao que ficou conhecido como “pujolismo”.

Jordi Pujol foi presidente da *Generalitat* entre 1980 e 2003, tendo sido um dos responsáveis por fazer reaparecer uma corrente política de nacionalismo catalão, baseado no pragmatismo político, mas também na ideia (que pode ser encontrada nos movimentos do início do século XX) de uma Catalunha com identidade própria e oposta a Espanha. Nasce de uma tentativa de “(re)nacionalizar” a Catalunha (já que no pós-franquismo os movimentos e partidos haviam sido duramente perseguidos, logo tinham pouca efetividade no discurso político) baseando-se em quatro fatores: “(...) *la llamada normalización lingüística, las estructuras culturales bautizadas como nacionales, el control de los medios de comunicación o el reclamo funcional.*” (Canal, 2016, p. 123).

Durante 23 anos, Pujol conseguiu agregar partidos (com a coligação Convergència i Unió) e até ter em seus governos representantes da Esquerra Republicana (ERC). Ao mesmo tempo que ia conseguindo manter equilíbrios com os governos centrais de Madrid para grandes questões estruturais, ia construindo a ideia

de um país, Catalunha, que necessitava de mais autonomia, para o qual a normalização linguística e os meios de comunicação social foram fatores chave<sup>13</sup>.

Foi sob o chapéu político abrangente do pujolismo que se iniciou o processo de revisão do Estatuto de Autonomia da Catalunha, pese embora Pujol já não estar no poder nessa altura. Mas foi com a sentença do Tribunal Constitucional de 2010 que se assistiu a uma alteração no nacionalismo catalão.

Até então, o nacionalismo catalão assentou na narrativa de direitos históricos sucessivamente negados pelo estado central, na consolidação da língua e no aprofundar do regime autonómico. É importante realçar este carácter mais cultural ou linguística do pujolismo, já que nos ajuda a identificar outra característica do nacionalismo catalão até então: nível de conflitualidade aberta com o estado central baixo. Ou seja, até à sentença do Tribunal Constitucional de 2010 os conflitos políticos foram sendo resolvidos através do diálogo e negociação, sem momentos abertamente conflituantes. Isso mudaria a partir da sentença, sendo por nós identificado como um dos fatores institucionais que contribuíram para a evolução do nacionalismo catalão.

Desde 2010 que a ideia de que, por mais que se negocie com Espanha, a Catalunha nunca vai conseguir os seus objetivos ganha força, inclusive aquando da candidatura de Artur Mas, que recoloca a CiU na presidência da *Generalitat*: centra o debate eleitoral de 2010 em matérias mais “pragmáticas” e financeiras (a União Europeia encontrava-se em plena crise financeira mundial), mas não deixou de lado as aspirações soberanistas (Crespo Alcázar, 2016).

É em 2012 que se materializa, do ponto de vista simbólico, mas também do ponto de vista político, o independentismo. É o ano em que a *Diada*<sup>14</sup> apresenta um slogan marcadamente independentista (Catalunha: novo Estado da Europa), os cânticos

---

<sup>13</sup> Chamamos a atenção para um artigo de Vinceç Navarro, de 12 de novembro de 2003, no jornal El País, que faz uma síntese política do pujolismo, o seu papel para o nacionalismo e as suas ligações aos governos centrais: [https://elpais.com/diario/2003/11/13/opinion/1068678008\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2003/11/13/opinion/1068678008_850215.html).

<sup>14</sup> Organizada pela ANC (Asemblea Nacional Catalana), plataforma criada em março de 2012, pela sociedade civil, com o propósito de impulsionar a independência da Catalunha. <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0522585.xml> e <https://assemblea.cat/historia-2/>.

mais ouvidos eram alusivos à independência e teve mais de um milhão de participantes, de acordo com dados dos *Mossos d'Esquadra*. Sob várias designações, a independência passa a estar presente nas negociações políticas dentro da Catalunha e como arma de arremesso contra o estado espanhol central (Crespo Alcázar, 2016).

Em 2012, CiU e ERC assinam um acordo de governo onde consta a realização de uma “consulta”<sup>15</sup> sobre o futuro político da Catalunha. A expressão “referendo” não foi utilizada, mas o cenário vivido aquando da revisão do *Estatut* repetiu-se: advertências do governo espanhol e do Tribunal Constitucional, promulgação de uma Lei de Consultas e convocatória para 9 de novembro de 2014<sup>16</sup> no *Parlament*, pedidos de inconstitucionalidade desses documentos por parte do governo espanhol, a quem o Tribunal Constitucional deu razão.

Não obstante, o governo da *Generalitat* levou avante o processo, abrindo um “processo participativo”. A pergunta era a mesma, o instrumento jurídico utilizado era outro, para contornar a decisão do Tribunal Constitucional. É a introdução, com força plena, do “direito a decidir” (Crespo Alcázar, 2016), que será utilizado até hoje pelo independentismo catalão.

A participação foi relativamente baixa, mas o “Sim” estava já em vantagem: *“Ganó e perdió, en el modo ya habitual, y con una participación baja, pero una votación favorable y elevada por parte de quienes respondieron”* (Cal, 2018). Em 2015 houve novas eleições, em que foi eleito presidente da *Generalitat*, Carles Puigdemont.

Por fim, importa deixar uma nota sobre o peso eleitoral das forças políticas independentistas ao longo dos anos, e em especial após 2010, já que uma das formas

---

<sup>15</sup> As “consultas populares” não são algo inédito. Entre 2009 e 2011 foram efetuadas consultas populares (não oficiais) um pouco por toda a Catalunha, com criação de assembleias locais, com a questão da independência. É deste trabalho que emerge a ANC, que sendo uma organização nacional nasce do trabalho local (Clua i Fainé, 2014)

<sup>16</sup>

<https://web.archive.org/web/20171009050926/http://portaldogc.gencat.cat/utillsEADOP/PDF/6715A/1373016.pdf>

de compreender o impacto do nacionalismo é através da sua expressão eleitoral (Romão, 2014).

<b>Formação</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1995</b>	<b>1999</b>	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>
CiU	43	72	69	70	60	56	46	48	62	50	-	-
ERC	14	5	6	11	13	12	23	21	10	21	-	32
SCI	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
CUP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10	4
JxCat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34
JxSí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	-
<b>Nacionalistas ou independentistas</b>	<b>57</b>	<b>77</b>	<b>75</b>	<b>81</b>	<b>73</b>	<b>68</b>	<b>69</b>	<b>69</b>	<b>76</b>	<b>74</b>	<b>72</b>	<b>70</b>
PSC	33	41	42	40	34	52	42	37	28	20	16	17
PSUC/ICV/EUiA/PODEM	25	6	9	7	11	3	9	12	10	13	-	8
AP/PP	-	11	6	7	17	12	15	14	18	19	11	3
UCD	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C's	-	-	-	-	-	-	-	-	3	9	25	37
PSA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDS	-	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-
CatSíqueesPot	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-
<b>Não nacionalistas</b>	<b>78</b>	<b>58</b>	<b>60</b>	<b>54</b>	<b>62</b>	<b>67</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>59</b>	<b>61</b>	<b>63</b>	<b>65</b>

Imagem 2 – Deputados eleitos para o parlamento catalão (baseado nos dados de: <https://www.idescat.cat/pub/?id=aec&n=914> )

Conseguimos verificar no quadro acima que há, ao longo das eleições para o parlamento catalão, uma maior representação de forças nacionalistas e ou independentistas. Na verdade, o equilíbrio ao longo dos anos é muito estável, sendo que no pós-2010 podemos dizer que há uma estabilização das forças independentistas. Dentro destas, há alguma reconfiguração e candidaturas de coligação e, no campo não independentista há um movimento de assinalar: o crescimento do Ciudadanos, em clara perda do Partido Popular. O maior confronto político com o Estado central permitiu, também, o crescimento de forças nacionalistas espanholas, como o Ciudadanos, que conseguiu arrecadar votos do PP, que entrou em declínio eleitoral, na Catalunha mas também em toda a Espanha (com exceção da Galiza, onde historicamente tem resultados muito estáveis).

Considerando o enquadramento teórico da definição do nacionalismo cultural e do nacionalismo separatista, a inclusão dos partidos considerados nacionalistas ou independentistas identificados no quadro acima no quadro teórico não é uma tarefa linear.

De facto, o partido que imediatamente poderemos considerar independentista é a CUP, que sempre apresentou pressupostos teóricos e ideológicos claros de rutura com o Estado espanhol.

Quanto aos restantes partidos e coligações, até às eleições de 2012 podemos incluí-los na categoria do nacionalismo cultural: fruto da força do pujolismo e da sua proposta política de reivindicar um maior papel para a língua, cultura e história catalã, não havia um confronto político aberto com o Estado central pela independência. Após 2012, coligações como a JxCat ou a CxSí e a própria ERC, fruto do contexto vivido, começaram um confronto político mais aberto com Espanha, nomeadamente com a proposta do referendo da independência da Catalunha.

Assim, não podemos falar de uma reconfiguração grande a partir de 2010 do ponto de vista eleitoral, mas de uma estabilização das forças políticas nacionalistas ou independentistas, pese embora tenha alterado, a partir de 2012, o tipo de proposta política, que passou a ser de confronto político aberto com o Estado central.

O âmbito desta tese não vai até ao referendo de 2017 (Romão, 2017), mas perceber o que se passou nesse dia e em diante só pode ser compreendido como o culminar de um longo processo, que só existe porque a partir de 2010 se verifica uma evolução do nacionalismo catalão para o independentismo.

#### IV. Momentos chave para a evolução do nacionalismo catalão

##### a. A Constituição de 1978

##### i. O Processo de Transição: 1976-1978

A aprovação da Constituição de 1978 constituiu um marco determinante para avaliar a forma de governo e o relacionamento do nacionalismo centralista com os nacionalismos periféricos. Foi o culminar de um processo que tem início com a morte de Franco, em 1975, fruto de um debate profundo na sociedade e política espanhola que ficou conhecido como o processo de “Transição”.

Os três anos entre a morte do ditador Francisco Franco e a aprovação nas *Cortes* da Constituição determinaram um processo político complexo e que esteve, por várias vezes, perto do fim, nomeadamente por uma tentativa de golpe e sequestro do parlamento por parte dos militares ainda afetos ao *Movimiento*.

Aquando da morte de Franco, formalmente, o país não estava mais próximo de se tornar uma democracia. O poder ostensivo do aparelho de poder franquista e, principalmente, das forças armadas continuava a prevalecer e as tentativas de ensaiar uma aparente abertura do regime franquista foram infrutíferas.

Sendo necessário escolher alguém para liderar o governo após a morte de Franco e num período conturbado e de incerteza, em que o equilíbrio era entre manter, formalmente, o aparelho do regime e iniciar uma abertura que não o prejudicasse, a escolha de Adolfo Suárez não foi livre de críticas, mas uma opção pragmática. Paul Preston diz, no seu livro *The Triumph of Democracy in Spain* (2005), sobre a escolha de Suárez: “*not so much a serious candidate but rather a safe Movimiento figure to vote for in order to keep others out.*” (Preston, 2005, p. 69)

Esta perspetiva, na verdade, foi aplicada a toda a equipa escolhida por Suárez: pessoas ligadas a setores vistos como mais progressistas do capitalismo espanhol (dando uma imagem de modernidade), mas que agradavam, até certo ponto, aos *continuistas* e adeptos mais ferozes do regime franquista (Preston, 2005).

A estratégia de Suárez era, acima de tudo, baseada em rapidez, tanto para evitar críticas prolongadas dos *continuistas*, bem como para pressionar o debate político, e

tinha alguns pilares base: soberania popular, referendo sobre a reforma política, eleições antes de junho de 1977 e um perdão real limitado a ofensas políticas.<sup>17</sup>

É interessante denotar que, tal como Preston afirma, *“the combination of Juan Carlos and Adolfo Suárez was an attractive option. It seemed to offer the chance of both protecting the economic and social advances of recent times and of advancing peacefully and gradually towards democracy.”* (Preston, 2005, p. 70). É uma forma de definir, sucintamente, o ambiente do processo de transição que culminou na aprovação da Constituição em 1978, embora falte incluir aqui a forma como se jogaram com as oposições, tanto de extrema-direita como do Partido Comunista Espanhol, como das nacionalidades históricas, com especial enfoque para o País Basco.

Um dos grandes desafios de Suárez foi conseguir juntar a oposição para colaborar num processo de democratização dentro da legalidade franquista. Na altura, o Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) e o Partido Comunista de Espanha (PCE) estavam ilegalizados, pelo que a tarefa de abertura à esquerda seria sempre muito difícil sem condições. No entanto, e considerando o poder das forças armadas e os rumores constantes de uma sublevação militar e a reticência dos movimentos mais extremistas do regime, tanto PSOE como PCE compreenderam que era inevitável uma solução pactada com a direita reformista.

O processo político até às eleições de junho de 1977 foi fulcral para Suárez garantir equilíbrios necessários para iniciar um processo constituinte. Antes das eleições, conseguiu ganhar a aceitação da sua reforma política pelos setores franquistas, ganhar o controlo de uma grande coligação eleitoral (UCD), conseguiu um acordo com a oposição moderada, legalizou o PCE e assegurou que a ETA não destabilizava o processo eleitoral.

O problema que se manteve permanente foi o exército e o risco de um golpe. Quando no início deste capítulo referimos um processo complexo que esteve várias

---

<sup>17</sup> “His programme, announced on television, recognized popular sovereignty, promised a referendum on political reform and elections before 30 June 1977. It was accompanied by a limited royal pardon for political offences which was well received in most of Spain but did little for Suárez’s credibility in the Basque Country.” (Preston, 2005, p. 70)



vezes perto do fim referimos, exatamente, tentativas, mais ou menos explícitas, de setores militares tentarem acabar com o processo político pactado.

O resultado das eleições foi significativo do ponto de vista da criação de um centro político alargado, que geraria os consensos de regime até ao dia de hoje: UCD com 34,4% (165 deputados), PSOE com 29,3% (118 deputados), PCE com 9,3% (20 deputados) e AP com 8,2% (16 deputados). Do ponto de vista dos partidos “regionalistas”, o Pacto Democrático pela Catalunha obteve 2,81% (11 deputados) e o Partido Nacionalista Basco (PNV) obteve 1,62% (8 deputados)<sup>18</sup>.

Há dois pontos que devem ser assinalados. Por um lado, a estrutura franquista permaneceu em posições de poder através de uma simples transferência do *Movimiento* para a UCD, mantendo, desta forma, o controlo que nunca foi intenção que fosse retirado. Por outro lado, o maior sacrifício da oposição (PSOE e PCE) foi aceitar a legalidade do sistema constitucional franquista como base da reforma política<sup>19</sup> (Preston, 2005, p. 90).

O período pós-eleitoral não foi, apesar de tudo, fácil, política e economicamente<sup>20</sup>. Preston descreve este período da seguinte forma: “*The struggle to keep the disparate UCD together; the handicap of not having an overall parliamentary majority; the problems of constructing a widely acceptable constitutional framework; the incessant need to resolve disputes over both the new Constitution and the rights of autonomous nationalities; and above all the daily erosion of energy and vision by the anti-democratic violence of right and left; all these things conspired to diminish Suárez’s ability to deliver a brave new world*” (Preston, 2005, p. 92).

---

<sup>18</sup> Dados disponíveis no site do Ministério do Interior: <http://www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=2&codPeriodo=197706&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>.

<sup>19</sup> A questão dos presos torturados durante a ditadura pelo regime por motivos políticos é algo que, verdadeiramente, nunca ficou resolvido.

<sup>20</sup> Espanha entrava numa forte recessão, inflação, com desemprego a crescer e o défice a aumentar.

Assim, no País Basco a conflitualidade aumenta, seja com a atividade da ETA, seja com o crescimento do terrorismo de ultra-direita ou a própria atuação das forças policiais, tendo passado a ser um tema central para o debate político nacional.

Já no caso da Catalunha, as coisas foram diferentes. Adolfo Suárez recorre ao seu estilo de negociações e contacta em permanência com Josep Tarradellas, com quem tinha uma boa relação.

Tarradellas foi uma figura importante para o catalanismo<sup>21</sup>: é eleito secretário geral da ERC em 1931 e é exilado em França desde 1939; desde o final da Guerra Civil que teve um papel importante no governo de Lluís Companys, até ao seu exílio. É já no exílio que, após a renúncia de Josep Irla do cargo de presidente da Generalitat no exílio (por motivos de saúde), assume o cargo de *President*, algo recebido com aceitação na Catalunha. Tarradellas mantém a sua posição de líder para a “transição” na Catalunha até às eleições de 1980, em que é sucedido por Jordi Pujol, que terá um papel determinante no nacionalismo catalão.

Suárez e Tarradellas têm as primeiras conversações logo em 1975, mas é apenas em junho de 1977 que Tarradellas consegue terminar a negociação para o restabelecimento da *Generalitat* em troca da lealdade à monarquia espanhola, da aceitação da unidade de Espanha e do respeito pelas forças armadas espanholas.

Em outubro de 1977, embora com algum acordo com catalães, mas com o problema premente do País Basco e o escalar da tensão, Suárez reúne representantes de todas as forças políticas eleitas para o que ficou conhecido como *Pacto de la Moncloa*. Surge, aqui, a ideia de que é preciso responder aos *poderes fácticos*<sup>22</sup> e tê-los em conta no processo de transição (Preston, 2005).

É de relevar que neste Pacto houve a inclusão do PCE, fator determinante, após a legalização do partido, para a criação de uma ideia de coesão política do processo de

---

<sup>21</sup> <https://www.encyclopedia.cat/ec-gec-0065292.xml>

<sup>22</sup> “These *de facto* powers invigilating the democratic regime—the army, the banks and, to a lesser extent, the Church—were to become an ever more frequent point of reference throughout the late 1970s and early 1980s” (Preston, 2005, p. 100).

transição. Essa ideia era fundamental para que Suarèz conseguisse levar o processo adiante, mitigando reivindicações mais profundas ao regime político.

Preston descreve sucintamente o objetivo deste pacto: “(...) *aimed to establish a common response to the problems of terrorism, inflation, unemployment and the growing trade deficit.*” (Preston, 2005, p. 101). Por outro lado, esta forma de atuar de Suárez, nos bastidores e em acordos permanentes, era muito típica e foi, talvez, o que permitiu manter durante o tempo necessário equilíbrios muito difíceis de manter, ao mesmo tempo que respondia aos problemas vividos pelas populações.

Suárez conseguiu, novamente, manter sob controlo várias oposições, incluindo de PSOE e PCE no que toca à resposta económica à inflação e ao desemprego. Mas outros desafios se colocavam agora: um texto constitucional, a legislação das autonomias e um novo código penal.

Assim, foi criada nas *Cortes* uma comissão de redação, que ficou conhecida como *Ponencia*, que juntou 7 deputados e que apresentou o seu primeiro anteprojeto de constituição no início de 1978. Quanto à composição política desta comissão, tinha 3 deputados da UCD e 1 deputado por cada restante partido (PSOE, PCE, AP e Minoria Catalana, que teve um lugar cedido pelo PSOE) e era presidida por Emilio Attard.

Em maio desse ano gerou-se uma crise quando se descobriu que uma das razões para o aparente funcionamento sem percalços da comissão se devia, na verdade, ao facto de muitas cláusulas serem acordadas previamente entre a UCD e o PSOE. Depois de saídas temporárias da comissão, a AP voltou à comissão e esta terminou as suas deliberações a 20 de junho de 1978.

Acabaria por ser ratificada a 31 de outubro desse mesmo ano. O resultado final tem sido amplamente estudado e ainda hoje é alvo de acessos debates. Preston analisa-a de forma sucinta: “*Apart from the failure to satisfy the Basques, it was a text whose moderation and guarantee of basic liberties was broadly acceptable to all but the extremes of left and right.*” (Preston, 2005, p. 103).

A 6 de dezembro teve lugar o referendo constitucional, com apenas 32,3% de abstenção e 87,78% de votos pelo “sim”. Apenas no País Basco a abstenção ultrapassou os 50%, fruto da campanha das organizações *abertzales*, o que levaria à necessidade de

um processo político aprofundado para a elaboração de um estatuto de autonomia distinto dos restantes.

## ii. Arquitetura constitucional para acomodar as “questões nacionais”

A análise feita por Enric Martínez-Herrera e Thomas Jeffrey Miley ao papel da Constituição de 1978 nas políticas de identidade nacional em Espanha (que seguiremos neste ponto) é relevante para compreender quais os artigos do texto constitucional que mais relevaram, ao longo de mais de quatro décadas, para a consolidação tanto do nacionalismo centrípeto como do nacionalismo centrífugo em Espanha (Herrera-Martínez & Miley, 2010).

Assim, logo no Título Preliminar, Artigo 1, no seu ponto 2 ficou inscrito *“La soberanía nacional reside en el pueblo español, del que emanan los poderes del Estado”* (Constitución Española, 1978). Assim, entende-se o “povo espanhol” como um todo enquanto sujeito de soberania e é a partir dele que emanam os poderes do Estado. Ou seja, parte-se da premissa de que existe uma uniformidade do sujeito de soberania.

No entanto, no Artigo 2 do mesmo Título fica mais evidente a ambiguidade da solução encontrada: *“La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común y indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas.”* (Constitución Española, 1978).

Ora, ao mesmo tempo que baseia a Constituição na unidade indissolúvel da nação espanhola, reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram. Segundo Martínez-Herrera e Miley, a ambiguidade é criada quando se utiliza a expressão “reconhece”:

*“The term seems to signal a source of ‘rights’ and/or ‘authority’ that both precedes the constitutive moment and cannot in any obvious way be claimed to ‘emanate’ from an ‘indivisible Spanish people’ as such. Rather, it appears that this ‘authority’ emanates from the nationalities and regions themselves, who are thereby already constituted as*

*collective subjects before the constitutive moment, rather than as mere parts of an ‘indivisible Spanish people’”* (Herrera-Martínez & Miley, 2010, p. 8).

Ou seja, a ideia de que as nacionalidades ou regiões são prévias ao momento constituinte e que a Constituição as reconhece implica que é delas que emana a autoridade da própria Constituição, reconhecendo, dessa forma, a pré-existência das nacionalidades. Ora, esta ambiguidade abre porta ao debate ao qual se queria escapar naquele momento: se as nacionalidades ou regiões tinham direito, ou não, à sua autonomia enquanto tal.

Apesar do texto final ter sofrido alterações desde o seu primeiro rascunho neste artigo, ele já corresponde a cedências de parte a parte: a UCD aceitou a inclusão do termo “nacionalidades” e o PCE e Minoría Catalana aceitaram as referências a Espanha como “pátria comum” e a sua unidade enquanto nação. Apesar deste compromisso, a ambiguidade é óbvia, tendo levando Solé-Tura<sup>23</sup> a falar de uma “nação de nações”, uma conceção algo paradoxal (Herrera-Martínez & Miley, 2010).

Passando para o Título VIII (organização territorial do Estado), ele reflete a tentativa de explicitar a referida “autonomia” no Artigo 2, mas novamente se ficam por definições ambíguas. O debate que existiu entre aqueles que defendiam uma conceção federalista formal e aqueles que defendiam modelos mais centralistas acabou no que ficou conhecido como “café para todos”.

Optou-se por uma formulação híbrida, que permite a criação das Comunidades Autónomas, mas mantém a centralidade do estado espanhol. Assim, não se identificam claramente quais as regiões e nacionalidades existentes (artigo 137: *“El Estado se organiza territorialmente en municipios, en provincias y en las Comunidades Autónomas que se constituyan. Todas estas entidades gozan de autonomía para la gestión de sus respectivos intereses.”* (Constitución Española, 1978)), bem como se instituíram, na prática, dois mecanismos alternativos para a criação de estatutos de autonomia.

---

<sup>23</sup> Jordi Solé i Tura foi denominado um dos “pais da constituição” pelo papel que teve na Constituinte, tendo sido membro do PCE (e seu representante na *Ponencia*) até 1989, ano em que integra o PSC-PSOE (Partido Socialista Catalão). <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0063375.xml>

Relativamente ao mecanismo do referendo (que viria a ser utilizado na Catalunha), importa referir que o texto constitucional não é claro. O artigo 168 prevê a realização de referendo quando se efetivem revisões totais ou parciais da Constituição (Constitución Española, 1978). Ora, no referendo de 2017 esse artigo (além dos artigos 1.1, 1.2, 1.3 e 2) foi utilizado pelo Tribunal Constitucional para ilegalizar o referendo na Catalunha. A argumentação do Tribunal é baseada na ideia de que o referendo atentava gravemente contra a Constituição por não, erradamente, colocar o povo catalão num patamar igual ou superior ao do povo espanhol (que esse, sim, é o sujeito da soberania), além de que implicaria uma rutura constitucional<sup>24</sup>.

É nas *Disposiciones Transitorias*, que encontramos o guião para os procedimentos de criação de estatutos de autonomia e a existências de, grosso modo, dois mecanismos para tal.

Na segunda disposição transitória encontramos o primeiro mecanismo, denominado por Martínez-Herrera e Miley como “fast-track lane” (Herrera-Martínez & Miley, 2010): *“Los territorios que en el pasado hubiesen plebiscitado afirmativamente proyectos de Estatuto de autonomía y cuenten, al tiempo de promulgarse esta Constitución, con regímenes provisionales de autonomía podrán proceder inmediatamente en la forma que se prevé en el apartado 2 del artículo 148, cuando así lo acordaren, por mayoría absoluta, sus órganos preautonómicos colegiados superiores, comunicándolo al Gobierno. El proyecto de Estatuto será elaborado de acuerdo con lo establecido en el artículo 151, número 2, a convocatoria del órgano colegiado preautonómico.”* (Constitución Española, 1978).

Ou seja, aquelas regiões que já tinham tido referendos na 2ª República aos respetivos estatutos (País Basco, Catalunha e Galiza) puderam acelerar o processo para a constituição dos seus órgãos autonómicos e negociação de novo estatuto. As restantes regiões tiveram um “slow-track lane”, ou seja, todas aquelas que nunca tiveram processos autonómicos referendados.

---

<sup>24</sup> Sentença do Tribunal Constitucional 114/2017, de 17 de outubro de 2017: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2017-12206>

A assunção de dois mecanismos distintos que tinham como base a existência prévia de referendos a estatutos durante a 2ª República corresponde, também, a mais uma ambiguidade no texto constitucional.

Assim, podemos concluir que ao mesmo tempo que o texto constitucional se baseia da “unidade indissolúvel da nação espanhola” e no “povo espanhol” como sujeito de soberania, também reconhece as nacionalidades ou regiões como prévias ao momento constituinte, reconhecendo-lhes, dessa forma, autoridade que emana para a própria Constituição.

Esta ambiguidade ou assimetria plasmada na Constituição é, até hoje, alvo de debate e, em determinados momentos, polémica, sendo utilizada como defesa tanto para o nacionalismo mais centralista espanhol como para os nacionalismos autonómicos para defender as suas respetivas teses. Vasconcelos Romão acaba por sintetizar o estado da arte resultante deste processo constituinte: *“Uma das características que mais sobressai no sistema autonómico espanhol é a assimetria (...)”* (Romão, 2014, p. 164).

Apesar dessa assimetria, acabou por resultar que todas as regiões competiam com o Estado, provocando dinâmica de competição também entre regiões. A longo prazo, isto será prejudicial para o equilíbrio que se almejava com esta formulação entre Estado e regiões. Aliás, essa é a diferença entre em sistema federal e um sistema assimétrico. Um sistema federal também pressupõe a autonomia de regiões, com governo próprio, estando a soberania no Estado federal, no Estado central.

Aparentando, na organização de Estado, ser um modelo muito próximo do federal, em Espanha os debates políticos sobre a matéria não conseguiram levar avante nenhuma alteração de sistema político. Aliás, da parte do PP considerava-se que um sistema federalista não combinava com a ideia de uma Espanha una e indivisível, mas aceitaram um sistema assimétrico, que garantia essa indivisibilidade e alguma autonomia às regiões, mas sempre sob escrutínio próximo do Estado central (Balfour & Quiroga, 2007).

No entanto, não se adivinha qualquer tentativa de objetivamente alterar a Constituição por forma a clarificar esta ambiguidade, já que isso significaria um debate

profundo tanto sobre o processo de transição, como sobre a essência do próprio estado espanhol.

Pode-se, de igual modo, dizer que o processo de transição e o processo da constituinte acabaram por truncar o debate fundamental de Espanha, tendo os acordos alcançados permitido o tal “café para todos” e, ao mesmo tempo, deixado inacabada a discussão sobre as nacionalidades no território espanhol (Nuñez-Seixas, 1995). Não é, por isso, de admirar que, de tempos a tempos, o debate ressurja e os nacionalismos, como o catalão, o basco ou o galego, ganhem força e forma na própria organização político-partidária, tanto nas regiões, como em Madrid.

#### b. A revisão do Estatuto de Autonomia da Catalunha de 2006

##### i. Revisão do Estatuto e envio para o Tribunal Constitucional

Decorrente da Constituição de 78, foram estabelecidas um conjunto de regras, mas não um modelo totalmente fechado sobre a distribuição de competências ou, em alguns casos, sobre a própria delimitação de território. Portanto, *“(n)a prática, caberá aos estatutos de autonomia desenvolver o que a Constituição se limitou a balizar.”* (Romão, 2014, p. 172).

A importância dos estatutos de autonomia é exatamente funcionarem como uma espécie de texto constitucional das respetivas autonomias, definindo competências, forma de organização política e fiscalidade. Nos casos basco e catalão, pela pré-existência de estatutos, a importância deste documento é ainda maior. Citamos Romão de Vasconcelos, que tem uma síntese relevante para perceber a importância e lógica dos estatutos:

*“Ao observar o texto dos estatutos basco e catalão, torna-se óbvia a presença do elemento identitário, bem como do estabelecimento de uma relação entre a identidade e a estrutura política que se institui, apesar da presença de representantes dos partidos activamente adeptos do Estado-nação espanhol (...). Não se está, em definitivo, perante a instituição de uma região administrativa meramente burocrática, mas sim de algo com vínculos que vão além do elemento político ou jurídico. A porta que o artigo 2º da*



*Constituição de 1978 abriu, ao reconhecer o direito à autonomia das “nacionalidades”, e aproveitada para a maior aproximação legalmente possível a um Estado-nação constitucionalmente impossível.” (Romão, 2014, p. 173).*

Analisaremos, neste sub-capítulo, o processo de revisão do Estatuto de Autonomia da Catalunha em 2006. É de notar (como analisaremos em mais pormenor no capítulo seguinte) que desde os anos 80 até 2003 a Convergència i Unió (CIU)<sup>25</sup>, liderada por Jordi Pujol<sup>26</sup>, teve um papel preponderante na política catalã e na definição do nacionalismo catalão (Dowling, 2005).

No capítulo anterior referimos o pujolismo e a sua importância para a definição do nacionalismo catalão. Olhando para este momento, é perceptível alguma dificuldade de o ultrapassar e, por isso, de fazer avançar o próprio nacionalismo catalão. A maioria do movimento e a CiU (partido com maior expressão eleitoral) estavam muito alicerçados no pujolismo, pelo que era difícil dar o salto para uma outra ideia de nacionalismo catalão.

Após as eleições de 2003, foi Pasqual Maragall que tomou a presidência da Generalitat num governo de coligação (conhecida como *tripartit*) entre PSC-PSOE (Partido Socialista da Catalunha), ERC (Esquerda Republicana da Catalunha) e ICV (Iniciativa pela Catalunha-Verdes). Foram estas forças políticas que, em setembro de 2005, levaram a votação no *Parlament* um novo Estatuto de Autonomia, embora a CiU também fosse envolvida no longo processo de negociação do texto que viria a ser votado na Catalunha.

Destacamos alguns pontos relevantes da proposta de novo Estatuto: a) referência clara à “nação” catalã; b) introdução de direitos históricos baseados na pré-

---

<sup>25</sup> Uma federação de partidos (Convergência Democrática da Catalunha e União Democrática da Catalunha), ligada a setores liberais, mas também democrata-cristãos e conservadores, de direita e centro-direita, com reivindicações não totalmente independentistas mas de um claro reforço da autonomia da Catalunha e, até, de um estado espanhol federativo. Foi esta última matéria (federalismo vs independentismo) que levou, em 2015, à dissolução da CiU.





<sup>26</sup> Proeminente político catalão, que deu um impulso fundamental ao catalanismo, tendo o período em que esteve à frente da CiU conhecido como pujolismo, que analisaremos mais à frente.

existência da nação catalã; c) reforço do catalão como língua própria e principal língua utilizada na administração; d) reforço dos poderes do Supremo Tribunal de Justiça da Catalunha; e) criação de delegações no exterior; f) extensão de poderes em matéria de financiamento; g) possibilidade da *Generalitat* convocar consultas populares.<sup>27</sup>

O ano de 2005 foi um ano intenso de debate e negociação na Catalunha, e de polémicas com o governo central e a oposição do Partido Popular (PP). É de notar que, logo em fevereiro, Mariano Rajoy (líder do PP e da oposição), numa intervenção no Congresso espanhol, a propósito do Estatuto basco (que também se encontrava em processo de revisão) disse algo que preconizaria a posição do PP durante estes processos e culminaria, no caso catalão, no envio ao Tribunal Constitucional do *Estatut*: “*En España la soberanía le tienen los españoles.*” (La Vanguardia, 2 de fevereiro de 2005<sup>28</sup>).

A posição do PP é relevante na medida em que, desde a transição acabou por ser o campo político que aglutinou o nacionalismo espanhol, de caráter centralizador, que foi tendo na Catalunha e no País Basco adversários da consolidação de um projeto de uma Espanha unificada (Resende, 2015).

Em abril, uma das questões (que viria a ser essencial no desenrolar dos acontecimentos pós-2010) em debate entre as várias forças catalãs foi a redação sobre os conceitos de “nação”, “autodeterminação” e “língua”. Na imagem 2 pode-se verificar a comparação entre as várias forças políticas:

	NACIÓN	AUTODETERMINACIÓN	LENGUA
	“Catalunya es una nación que, en ejercicio de su derecho de autogobierno, se constituye en Comunidad Autónoma de acuerdo con la Constitución...”	No lo menciona. Establece que “la Generalitat es la institución en que se organiza políticamente el autogobierno de Catalunya”	“La lengua propia de Catalunya es el catalán. Como tal, es la lengua de uso normal y preferente de todas las instituciones públicas de Catalunya”
	“Catalunya es una nación con una historia, un territorio, una lengua, una cultura, un derecho, unas instituciones de gobierno y representación comunes...”	No lo menciona. Establece el “ejercicio democrático y legal del derecho a decidir libre y pacíficamente su futuro como pueblo”.	“La lengua propia de Catalunya es el catalán. El catalán es el idioma oficial de Catalunya, como también lo es el castellano, oficial en todo el Estado español”
	“Catalunya, como nación, en el ejercicio del derecho y la voluntad de sus ciudadanos (...) a decidir libre y democráticamente su propio marco...”	La aceptación de la autonomía en el Estatut “no implica la renuncia a los derechos históricos de Catalunya ni al ejercicio del derecho de autodeterminación”	“El catalán es la lengua propia y nacional de Catalunya, común a todos los ciudadanos, con independencia de su origen y como signo de identificación...”
	“Catalunya, como nación, en el ejercicio de su derecho al autogobierno, se constituye en Comunidad Autónoma de acuerdo con la Constitución...”	No lo menciona. Habla de la “expresión de la voluntad de los ciudadanos de Catalunya de autogobernarse, decidir sobre su futuro...”	“La lengua nacional propia de Catalunya es el catalán. Como tal es la lengua de uso normal y preferente de todas las instituciones públicas de Catalunya”

El PP no hará una propuesta de título preliminar para el nuevo Estatut, puesto que está de acuerdo con lo que recoge el actual

<sup>27</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0282747.xml>

<sup>28</sup> <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2005/02/02/pagina-26/33700261/pdf.html>.

Imagem 3 – Comparação de redações de “nação”, “autodeterminação” e “língua.

Fonte: jornal “La Vanguardia”, de 26 de abril de 2005

(<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2005/04/26/pagina-18/39356343/pdf.html>).

Estas foram as primeiras propostas de cada partido para iniciar o trabalho de redação do novo *Estatut*, e, por isso, abertas à negociação. É um primeiro indicador de que não seria um processo simples ou rápido, e que estavam em jogo definições e conceitos que, como anteriormente referimos, vão para além de uma questão burocrática ou administrativa, mas sim política e de posicionamento relativamente a uma ambiguidade constitucional não resolvida desde 1978, a que aludimos no capítulo anterior (Romão, 2014).

Aliás, o mesmo jornal, no mesmo dia, refere outros aspetos em propostas de estatutos de várias comunidades que faziam antever o debate político em cima da mesa: Espanha ou estado espanhol? Nacionalidades ou regiões? De onde emana a “soberania”?

Note-se que Zapatero, chefe do governo espanhol à época, estava a mãos com um processo de reforma da Constituição, mas sem tocar nesta matéria. Os quatro pontos essenciais seriam: sucessão da Coroa, referência à Europa, o Senado e a lista de autonomias. Era nesta última que poderia ser acalentada alguma esperança que foi, em março de 2005, desmentida pelo Governo (La Vanguardia, 26 de abril de 2005).

A questão do financiamento também foi de difícil resolução. Entre PSC e ERC optou-se por incluir na proposta de *Estatut* a referência à matéria de gestão e cobrança de impostos, algo que em maio foi descartado pelo governo de Zapatero, por conflitar com competências do estado central, pese embora tenha existido um acordo sobre a possibilidade de incluir esta matéria no *Estatut* (La Vanguardia, 12 de maio de 2005).

Os meses de maio, junho e julho foram intensos ao nível de negociação, com avanços e recuos em áreas como o financiamento, direitos históricos ou conceito de “nação”. Depois de, em julho, a comissão do *Parlament* ter aprovado uma redação final

de *Estatut*, este é submetido ao *Consell Consultiu*<sup>29</sup>, para verificação de conformidades legais e constitucionais. Além deste envio, em agosto, o PSC faz um requerimento específico de parecer ao mesmo órgão de apoio ao *Parlament* sobre a constitucionalidade de 21 normas do *Estatut*, detalhando as razões invocadas para tal.

Esta decisão gera desconforto não só dentro da coligação governamental, mas também com a CiU, já que poderia fazer antever a resistência do PSOE, a nível central. Mas não foi isso que aconteceu e a 30 de setembro foi votada a proposta de *Estatut*, com 120 votos a favor (CiU, PSC, ERC, ICV) e 15 votos contra (do PP). Mas o processo não terminaria aqui.

O passo seguinte foi a remessa da proposta aprovada no *Parlament* ao Congresso espanhol, em novembro de 2005. Em janeiro de 2006, Zapatero e Artur Mas<sup>30</sup> tinham chegado a acordo sobre a retirada e/ou alteração de alguns artigos do *Estatut* considerados mais sensíveis, nomeadamente a questão de “nação” e o financiamento.

Esta facto é relevante porque, na época, o chefe de governo catalão era Maragall e não Artur Mas. Além do mais, Maragall era do mesmo partido que Zapatero, o que deu azo a especulações sobre problemas no PSOE-PSC, por um lado, e a confirmação, por outro lado, de que a estratégia de Maragall teria falhado no seu objetivo principal (Cal, 2018).

Assim, em 2006, e mesmo que com alterações, havia sido aprovado pelo *Parlament*, pelo Congresso e Senado<sup>31</sup> e referendado na Catalunha, com um resultado

---

<sup>29</sup> O Consell Consultiu de la Generalitat era um órgão criado com o Estatuto de Autonomia de 1979 e que tem como função emitir pareceres de carácter jurídico-legal sobre a adequação, à Constituição e ao Estatuto, das normas elaboradas pelas instituições catalãs e estatais. Em 2009, foi substituído pelo Consell de Garanties Estatutàries. [https://www.cge.cat/contingut.php?id\\_pagina=15](https://www.cge.cat/contingut.php?id_pagina=15)

<sup>30</sup> Artur Mas acabou por ser um sucessor de Jordi Pujol no papel que teve para a CiU, mas também para a definição do momento conturbado que foi a negociação e discussão da revisão do Estatut. Apenas em 2010 conseguiu voltar a levar a CiU à presidência da Generalitat. <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0244023.xml>

<sup>31</sup> De assinalar que no Congresso espanhol, a ERC, um dos propulsores da proposta original, votou contra e no Senado absteve-se. As alterações negociadas com Zapatero, nomeadamente no que toca à retirada da referência à “nação catalã”, foram a razão para este voto.

positivo (embora com uma participação abaixo do esperado): votaram cerca de 49% dos eleitores inscritos e destes, cerca de 74% votaram favoravelmente o novo Estatuto de Autonomia da Catalunha <sup>32</sup>.

Entretanto, a posição do Partido Popular (PP), com Mariano Rajoy à cabeça, foi a de maior oposição à aprovação do *Estatut*. Por um lado, clamou por um referende nacional ao documento. Ou seja, a argumentação era de que o *Estatut* alterava, fundamentalmente, matérias constitucionais, logo não poderia ser alterado sem que o todo o estado espanhol se pronunciasse.

Tendo esta opção saído gorada por não ter conseguido o número de assinaturas necessárias para levar a cabo o pedido, o PP avançou com recurso para o Tribunal Constitucional, em julho de 2006, denunciando 114 dos 223 artigos. Ao recurso do PP, seguiu-se recurso do *Defensor del Pueblo*<sup>33</sup> e o de 5 comunidades autónomas<sup>34</sup>.

Por parte da direita, esta era a opção que tinha para conseguir arregimentar o descontentamento com o governo do PSOE e aqueles que consideravam que a unidade de Espanha estava a ser beliscada ao mais alto nível. O debate político nacional estava, então, centrado em questões constitucionais e de essência do que era a própria Espanha.

A decisão do Tribunal Constitucional demorou 4 anos a ser tomada.

### c. Decisão do Tribunal Constitucional de 2010

Em julho de 2010, é publicada a sentença do Tribunal Constitucional (TC) no *Boletín Oficial del Estado*<sup>35</sup>, embora fosse pública desde final de junho. Apesar de o

---

<sup>32</sup> <https://www.idescat.cat/pub/?id=aec&n=923>.

<sup>33</sup> É uma figura constitucional eleita pelo Congresso e pelo Senado, com um mandato de 5 anos, que tem como dever zelar pelo cumprimento da Constituição. Pode agir por petição de cidadãos ou por sua própria iniciativa, caso considere que alguma norma constitucional possa estar a ser ferida. <https://www.defensordelpueblo.es/el-defensor/que-es-el-defensor/>. Para o caso, estava no cargo Enrique Herzog, que era membro do PSOE e havia sido Ministro da Justiça pela mesmo partido.

<sup>34</sup> Murcia, la Rioja, Baleares, País Valenciano e Aragão.

<sup>35</sup> Sumário do BOE de dia 16 de julho de 2010: <https://boe.es/boe/dias/2010/07/16/>. Sentença completa: <https://boe.es/boe/dias/2010/07/16/pdfs/BOE-A-2010-11409.pdf>

recurso do PP pedir a pronúncia pela inconstitucionalidade de mais de 100 artigos, a sentença decidiu a) pela ineficácia jurídica do preâmbulo<sup>36</sup> (que contém a questão “nação vs nacionalidade”), b) pela inconstitucionalidade total ou parcial de 14 artigos e c) pelo aval da constitucionalidade de 23 artigos e 4 disposições desde que, e na condição de, serem interpretados conforme indicado pelo TC.

Os fundamentos utilizados pelo Tribunal Constitucional relativamente ao preâmbulo são de análise importante para a forma como as reações, especialmente na Catalunha, se fizeram sentir. Do mesmo modo, são fundamentos relevantes para o debate ideológico e jurídico que referimos no subcapítulo dedicado à Constituição de 1978: a ambiguidade sobre o conceito de nação espanhola vs nacionalidades históricas. No ponto 12 da fundamentação da sentença pode ler-se o seguinte (sublinhado nosso):

*“De la nación puede, en efecto, hablarse como una realidad cultural, histórica, lingüística, sociológica y hasta religiosa. Pero la nación que aquí importa es única y exclusivamente la nación en sentido jurídico-constitucional. Y en ese específico sentido la Constitución no conoce otra que la Nación española, con cuya mención arranca su preámbulo, en la que la Constitución se fundamenta (art. 2 CE) y con la que se cualifica expresamente la soberanía que, ejercida por el pueblo español como su único titular reconocido (art. 1.2), se ha manifestado como voluntad constituyente en los preceptos positivos de la Constitución Española.”* (Sentença Tribunal Constitucional nº 31/2010, p. 272).

Recordamos que o Artigo 2 da CE, além da menção à “nação espanhola” também reconhece o direito das nacionalidades. Do ponto de vista teórico, em Espanha e na Catalunha voltam a esgrimir-se argumentos para um lado e para outro, por forma a tentar justificar ou clarificar uma norma constitucional que, desde o seu início, é ambígua e se sabia que, politicamente, levantaria debates.

Acrescentando a isto o argumento de que os preâmbulos ou exposições de motivos não têm valor normativo ou efetividade legal, descartam, desta forma, uma das principais aspirações com a proposta de *Estatut* que tinha sido aprovada. Apesar de ser

---

<sup>36</sup> [https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762401\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762401_850215.html)

matéria preambular e, efetivamente, sem força jurídica, pelo simbolismo e significado político, este seria um dos pontos de conflito político entre Catalunha e Espanha durante algum tempo (Cal, 2018).

De 114 artigos onde era pedida a inconstitucionalidade, o Tribunal Constitucional acabou por a declarar total ou parcialmente apenas a 14 artigos.

	Inconstitucionalidade total	Inconstitucionalidade parcial
Artigos	76.4	6.1
	97	78.1
	98	95
	100	99
		101
		111
		120.2
		126.2
		206.3
		218.2

Imagem 4 – Artigos considerados total ou parcialmente inconstitucionais.

Fonte:

[https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762403\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762403_850215.html) e  
[https://boe.es/diario\\_boe/txt.php?id=BOE-A-2010-11409](https://boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2010-11409)

Os artigos considerados totalmente inconstitucionais tinham a ver com o Tribunal Superior de Justiça da Catalunha, o Conselho de Garantias Estatutárias e o Conselho de Justiça da Catalunha (este perde todas as competências que eram propostas), com o argumento de que o *Estatut* estava, neste campo, a exceder largamente as competências que lhe são conferidas pela Constituição.

Quanto aos restantes, são retiradas expressões ou palavras. Por exemplo, no artigo 6.1 é retirada a expressão “*y preferente*” no que toca à língua catalã, porque o Tribunal considera que não pode uma língua sobrepor-se a outra. Ou o artigo 218.2, retirando-se a expressão “*Esta competencia puede incluir la capacidad legislativa para*

*establecer y regular los tributos propios de los Gobiernos locales*” na base de que esta competência é exclusiva do Estado central.<sup>37</sup>

Já quanto aos 23 artigos e 4 disposições que merecem referência do TC, não sendo considerados inconstitucionais, apenas poderão ser interpretados da forma como é indicada pelo Tribunal (interpretação restritiva). Por exemplo, sobre o artigo 8.1 relativo aos símbolos, o Tribunal considera que apenas se podem entender os símbolos “nacionais” na medida em que pertencem a uma nacionalidade, que não aspira a mais do que isso nem se sobrepõe à nação espanhola. Ou sobre o artigo 5, sobre os direitos históricos, considerando o Tribunal a sua utilização apenas na medida em que não podem nunca interpretar-se como sendo o fundamento da existência da comunidade autónoma, à margem da Constituição.<sup>3839</sup>

#### i. Reações à sentença do Tribunal Constitucional

Nação, língua e fiscalidade. Alguns dos temas mais delicados durante as negociações e debates na execução do *Estatut* são os que o Tribunal Constitucional suscita. As reações não se fizeram esperar, logo no dia 29 de junho (um dia após o Tribunal Constitucional ter feito uma declaração em que apresentava sucintamente a sentença). Houve declarações genéricas de todos os partidos, percebendo-se, do lado espanhol satisfação com a sentença e uma tentativa de virar a página do *Estatut* sem mais debate e, do lado catalão, indignação (generalizada, inclusive, ao PSC-PSOE), com Montilla (presidente da *Generalitat* na época e do PSC-PSOE) a apelar a uma manifestação.<sup>40</sup>

Alguns dias mais tarde, Zapatero, chefe de governo, publica um artigo<sup>41</sup> onde defende a posição do Tribunal Constitucional, desvalorizando a tentativa do PP de atacar o *Estatut* pelo facto de terem sido muito poucos os artigos considerados

---

<sup>37</sup> [https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762403\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762403_850215.html)

<sup>38</sup> [https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762405\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762405_850215.html)

<sup>39</sup> <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/06/29/pagina-14/82349832/pdf.html>

<sup>40</sup> <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/06/29/pagina-10/82361078/pdf.html>,  
<https://elpais.com/diario/2010/06/29/>

<sup>41</sup> <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/04/pagina-18/82418498/pdf.html>

<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/04/pagina-19/82464389/pdf.html>



inconstitucionais. Inclusivamente, Zapatero considera que, depois da sentença, a Catalunha vê assegurados todos os direitos que queria ver reconhecidos, o que contrasta com as reações do lado catalão. Não refere, no entanto, questões como os direitos históricos ou a nação. Remata dizendo que “(...) *esta es una buena ocasión para mirar con normalidad al futuro de España y de Catalunya. Un futuro conjunto de convivencia natural basado en el compromiso con la España constitucional (...)*”.

No mesmo jornal e no mesmo dia, Artur Mas também assina um artigo<sup>42</sup> com uma visão oposta à do chefe de governo. Considera que a sentença do Tribunal Constitucional altera a vontade popular expressa em referendo, que foram utilizados critérios mais políticos do que jurídicos, numa decisão tomada por um tribunal com mandatos caducados e que o pacto constitucional de 1978 se encontra esgotado. Considera, até, que “(...) *a los catalanes nos toca hacer nuestra propia transición, como se hizo en España hace tres décadas.*”.

Nas palavras destes dois protagonistas relevantes do processo de revisão do *Estatut* conseguimos perceber que, de certa forma, a sentença veio trazer a divergência entre estado central e Catalunha novamente para o centro do debate político: por um lado, passa a imagem de que tudo ficou resolvido com a sentença e tanto a Constituição como o *Estatut* ficaram assegurados. Por outro lado, para território catalão, o acordo constitucional de 1978 está comprometido, ganhando força a ideia de que existe um rebaixamento da Catalunha perante os interesses centralistas.

Com efeito, nem uma visão nem outra são totalmente verdadeiras, mas para cada um dos lados serviu para manter equilíbrios políticos e fazer levantar um movimento popular na Catalunha em defesa da nação e do seu *Estatut*, que havia sido recortado por Madrid.

Enric Ucelay-Da Cal providencia uma imagem resumida da situação na Catalunha:

*“De cara a la ciudadanía, el gran tema era el rechazo explícito a Cataluña como nación o realidad nacional. (...) Por varias razones vinculadas a la decadencia del tripartito y del*

---

<sup>42</sup> <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/04/pagina-19/82464389/pdf.html>

*gobierno de Montilla, la opinión catalana se lo tomó a la tremenda (...). Se interpretó que se había anulado todo el Estatuto, lo cual no era cierto; (...) Era (...) la traición definitiva de España a Cataluña, algo inadmisibile.” (Cal, 2018, p. 261)*

Importa assinalar a reação do Partido Popular e de Mariano Rajoy. Tendo sido este o partido responsável pelo ataque mais frontal à negociação do *Estatut* e ao próprio documento, com o envio para o Tribunal Constitucional, quando a sentença é proferida mostra uma moderação até então não demonstrada. As declarações do PP foram institucionais e conciliadoras, dizendo que a sentença era importante e deveria ser acatada, pedindo, inclusive, aos partidos catalães serenidade:

*“Todos podemos estar o no de acuerdo con alguna de las cosas que en esa sentencia se dicen, pero nosotros acatamos la decisión del Tribunal Constitucional y pedimos a los demás que lo hagan. Pedimos a todos responsabilidad, pedimos serenidad, porque no es momento para excesos” (El País, 29 de junho de 2010<sup>43</sup>).*

Uma das leituras encontrada na imprensa dessa altura através de declarações dos seus opositores políticos é de que Rajoy e o PP perderam uma batalha onde colocaram todas as suas fichas. Num momento de refluxo político do PP, foi através da via jurídica que tentaram relançar as suas propostas políticas e o partido, o que, nos anos seguintes se verificaria que não tinha tido resultado (a que acresceu a crise económica que fustigou Espanha desde 2008).

Fatores de ordem interna, refluxo do partido, e de ordem externa, relativa à incapacidade de responder à crise económica, podem explicar a aparente moderação com que o PP reagiu à sentença e ao conflito político que gerou. Por outro lado, o PP teve dificuldades em manter a ideia de que a sentença era uma vitória em toda a linha.

Quanto à ERC, o seu presidente Joan Puigcercós definiu a sentença como uma *“estocada mortal”*, lançando a ideia de que uma parte significativa da cidadania não cabe no regime constitucional de 1978, abrindo caminho para um caminho próprio para a Catalunha (numa linha semelhante à do artigo já referido de Artur Mas).

---

<sup>43</sup> [https://elpais.com/elpais/2010/06/29/actualidad/1277799433\\_850215.html?rel=listapoyo](https://elpais.com/elpais/2010/06/29/actualidad/1277799433_850215.html?rel=listapoyo)

A ERC teve a sua própria evolução ao longo dos anos, em especial no pós-franquismo. Depois de alguns anos de reconstrução difícil, a eleição de Josep Lluís Carod-Rovira na presidência do partido marca uma nova época para o partido e abre uma série de eleições com bons resultados para o partido republicano. Em 1986, Carod-Rovira assina um artigo no jornal *Avui*, em que lança as bases políticas e ideológicas para uma refundação da ERC, com base na ideia de que entre um nacionalismo de direita e esquerdas espanholistas era preciso uma via de esquerda nacionalista<sup>44</sup>.

Isso marcaria a forma como a ERC se posicionaria daí para a frente, como alternativa a uma CiU que aglutinava uma maioria de votos e interesses da burguesia catalã com uma alternativa frontalmente republicana, de esquerda e soberanista. Depois de várias críticas pela participação no Tripartit, após a sentença de 2010 a ERC volta a posicionar-se mais radical na defesa do soberanismo novamente.

A cidadania catalã teve, na reação à sentença, um momento importante e que, daí para a frente, viria a caracterizar o movimento independentista catalão. A 10 de julho de 2010 teve lugar uma manifestação com, estima-se, entre 1 milhão e 1 milhão e meio de pessoas em Barcelona<sup>4546</sup>.

Organizada pela Òmnium Cultural <sup>47</sup>, juntaram-se mais de mil entidades e organizações catalãs (políticas, culturais, independentistas e não independentistas), partidos com assento no *Parlament* (CiU, PSC, ERC, ICV) e CUP (sem assento parlamentar na época), as duas principais centrais sindicais (CCOO e UGT), a maior federação de empregadores e o FC Barcelona.

Foi, até então, a maior manifestação ocorrida em Espanha em democracia, sob o lema “*Som una nació. Nosaltres decidim*” – Somos uma nação. Nós decidimos. É de assinalar que esta manifestação marca o momento de entrada em força de mais um ator político no debate sobre o futuro da Catalunha: as organizações da sociedade civil. A

---

<sup>44</sup> <https://pandora.girona.cat/viewer.vm?id=0001008739&page=9&search=&lang=ca&view=hemeroteca>

<sup>45</sup>

<https://web.archive.org/web/20120304064528/http://www.elperiodico.cat/ca/noticias/politica/20100710/1100000-persones-assisteixen-marxa-protesta-per-sentencia/379832.shtml>.

<sup>46</sup> <https://www.bbc.com/news/10588494>.

<sup>47</sup> <https://www.omnium.cat/ca/comunicat-als-socis-domnium-cultural/>.

Òmnium<sup>48</sup> é uma organização cultural que existe desde os anos 60, criada, ainda durante o franquismo, para preservar a língua e cultura catalã, mas apenas em 2010 assumiu em definitivo um posicionamento político claro.

A partir deste momento, nada ficou como antes<sup>49</sup> e, de forma clara, tanto partidos como organizações cívicas passaram a ter um papel ativo de campanha pela independência e/ou pelo direito a decidir o seu próprio futuro na Catalunha. Apesar da crise financeira que teve início em 2008 ter tomado muito da atenção de dirigentes políticos, na Catalunha a questão do Estatuto de Autonomia e a fricção com o estado central não desapareceria.

Pelo contrário, é no decorrer desta decisão do Tribunal Constitucional que podemos traçar um marco de alteração no nacionalismo catalão. A partir desse momento, tanto o movimento social como partidos que sempre foram mais “catalanistas” passaram a utilizar a reivindicação da independência. Isso é uma alteração significativa, porque independência significa rutura com o Estado central, rutura com Espanha. Dessa forma, desde que esse confronto político mais evidente com o Estado central se consubstancia, o nacionalismo catalão está cada vez mais próximo da definição de Breuilly utilizada no início deste trabalho.

Como resultado deste processo até à sentença do Tribunal Constitucional o independentismo toma forma, o governo da *Generalitat* passa a estar em confronto com o governo central, molda-se um nacionalismo que, de certa forma, ultrapassou o pujolismo para iniciar um processo mais profundo de rutura institucional e constitucional.

---

<sup>48</sup> <https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0047336.xml>.

<sup>49</sup> <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/11/pagina-18/82444797/pdf.html> e  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/11/pagina-19/82484456/pdf.html>.

## V. Conclusões

No início desta dissertação propusemo-nos analisar a evolução do nacionalismo catalão com base na questão: que fatores políticos e institucionais concorreram para essa evolução. Partindo do princípio de que houve uma evolução, interessava perceber porque é que ela aconteceu e que consequências teve.

Como verificamos ao longo da investigação, o nacionalismo pode ser entendido como um princípio político que defende a convergência entre unidade política e unidade nacional, sendo, por isso, uma teoria de legitimação política. De acordo com os objetivos do movimento nacionalista que se analise, encontramos vários tipos de nacionalismo, de onde destacámos, ao início, a definição de Breuilly de nacionalismo separatista por ser aquele que se aproxima da situação catalã.

Na verdade, o nacionalismo catalão não foi estanque ao longo dos tempos, nem tão pouco teve sempre o mesmo objetivo. Como se verificou pela análise dos antecedentes históricos, no final do século XIX e início do século XX já se podia falar de um catalanismo.

No século XX destaca-se o pujolismo como corrente que consolidou e dinamizou um nacionalismo catalão como um movimento político, cultural e histórico que defendia que a Catalunha, enquanto território, tem uma história própria, uma língua e cultura características e deve, por isso, ter organizações administrativo-políticas próprias.

No entanto, não se colocava terminantemente a separação face ao Estado espanhol. Houve, aliás, várias correntes políticas que foram defendendo mais ou menos autonomia, defenderam modelos mais ou menos federalistas, e propugnaram por um modelo monárquico em contraponto a um modelo republicano. Um dos traços distintivos do nacionalismo catalão foi, até à sentença do Tribunal Constitucional de 2010, o baixo nível de conflitualidade efetiva com o Estado central.

O momento da transição para a democracia foi fundamental para lançar as bases do que é, ainda hoje, o regime espanhol. Uma monarquia parlamentar que, para não colocar em risco equilíbrios frágeis após a morte de Franco, reconhecendo a indivisibilidade de Espanha, deixou a porta aberta para a ambiguidade no que toca às nacionalidades.

Desde então que o regime das autonomias foi sendo aprofundado, é certo, mas não sem contestação permanente também.

No caso catalão aqui analisado, pode-se dizer que a sentença do Tribunal Constitucional de 2010 relativa ao Estatuto de Autonomia da Catalunha representou um primeiro corte com o povo catalão, ou pelo menos foi essa a narrativa que prevaleceu: Espanha, as suas instituições e o regime da Constituição de 78 não conseguem acomodar os anseios e reivindicações democraticamente legítimas do povo catalão. Utilizando uma expressão muito em voga na altura, o “café para todos” tinha acabado, simbolicamente, em 2010.

Como referimos no capítulo IV, um dos pontos mais focados pelos partidos e movimentos catalães da decisão de 2010 foi exatamente a questão preambular da “nação”. Por isso, consideramos que não é possível desligar a Constituição de 78 e a decisão do Tribunal Constitucional de 2010 para identificar, nesse ano, a primeira grande rutura com Espanha.

De facto, antes do início do processo de revisão do Estatuto, o nacionalismo catalão, do ponto de vista institucional, tinha aspirações não ruturistas: aprofundamento do papel da língua catalã na educação e administração pública, aprofundamento dos regimes de financiamento da comunidade autónoma. O pujolismo, como já referimos, teve um papel relevante nestes aspetos, mas não se colocou frontalmente contra o estado central a favor de um Estado da Catalunha fora de Espanha.

Pelo papel determinante que teve na construção do nacionalismo catalão, referimos também a dificuldade nos vários atores políticos catalães ultrapassarem o pujolismo no sentido de fazerem evoluir a corrente nacionalista na Catalunha para algo mais do que maior autonomia na língua, escolas e financiamento.

Aliás, os anos de discussão da revisão ao *Estatut* são aqueles em que se começa a tentar uma diferenciação face ao pujolismo e, acima de tudo, se começa a perceber uma prática diferente, de um conflito em crescendo com o Estado central.

A partir do processo de revisão e, em especial, depois de 2010, os discursos e a prática mudam, efetivamente, seja no movimento popular, seja nas instituições. De um nacionalismo catalão assente na língua e cultura e, de tempos a tempos, de

aprofundamento do nível de autonomia, passamos a ter um independentismo, ou um nacionalismo separatista na aceção de Breuilly.

É então, aqui que podemos identificar o momento que define a evolução do nacionalismo catalão para um nacionalismo separatista, se quisermos utilizar a definição de Breuilly, embora possamos utilizar a definição dos próprios de independentismo. Aliás, na introdução desta dissertação dizíamos que era preciso recuperar o debate teórico dos nacionalismos, que se encontra ainda algo acantonado em conceções ligadas ao resultado da 2ª Guerra Mundial. No entanto, quando olhamos para o caso catalão, percebemos que as nuances e especificidades são maiores do que se pensaria inicialmente e, portanto, não é possível encaixá-lo a 100% na definição de Breuilly, embora seja a que se aproxima mais.

A reivindicação nas ruas e nas instituições era, a partir de 2010, outra: independência. Não afirmamos aqui que essa reivindicação teve sempre a mesma roupagem ou linguagem. O referendo de 2017 foi o culminar de um processo que teve a sua origem em 2003/2004 (quando se começa a discutir a revisão do Estatuto de Autonomia) e, por isso, a ideia de que era uma movimento surgido de repente e, aparentemente, sem antecedentes para os menos atentos, era falsa.

As explicações para um culminar violento como o do dia 1 de outubro vinham de mais de 10 anos de confronto político e correspondem, efetivamente, a uma evolução do nacionalismo catalão para um independentismo em toda a linha. Sendo um processo ainda não terminado enquanto escrevemos esta dissertação, não poderemos com toda a certeza dizer qual será o resultado.

Mas poderemos falar de duas hipóteses, considerando o que está para trás e como se “comportam” os nacionalismos: a) o confronto centro/periferia em Espanha mantém-se no tempo, com variações nas reivindicações, avanços e recuos ou b) Espanha compreende que o debate que, verdadeiramente, nunca se quis fazer na transição, em 1978, sobre a essência do estado espanhol e como lidar com as nacionalidades ou nações, é necessário. Entre estas duas hipóteses outras se podem encontrar, mas o independentismo catalão parece que veio para ficar.

## VI. Bibliografia

- Agustí, D. (2002). *Historia Breve de Cataluña*. Sílex.
- Anderson, B. (1983). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Edições 70.
- Balcells, A. (2004). *Breve historia del nacionalismo catalán* (Primera edición). Alianza Editorial.
- Breuilly, J. (1993). *Nationalism and the State* (Second Edition). Manchester University Press.
- Cal, E. U.-D. (2018). *Breve Historia del Separatismo Catalán*. Penguin Random House Grupo Editorial.
- Canal, J. (2016). El Pujolismo o la renacionalización de Cataluña: una lectura política. *Cuadernos de Pensamiento Político*, 50, 121–128.
- Clua i Fainé, M. (2014). Identidad y política en Cataluña: el auge del independentismo en el nacionalismo catalán actual. *Quaderns-e de l'Institut Catlà d'Antropologia*, 19 (2), 79–99.
- Constitución Española (1978). Disponible em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1978-31229>.
- Crespo Alcázar, A. (2016). El lenguaje como herramienta al servicio del procés soberanista de Cataluña. *Mediaciones Sociales*, 0(15), 101–114. <https://doi.org/10.5209/MESO.54545>
- Dowling, A. (2005). *Convergència i Unió, Catalonia and the new Catalanism* (S. Balfour, Ed.). Routledge.
- Gellner, E. (2006). *Nations and Nationalism* (Second Edition). Blackwell Publishing Ltd.
- Herrera-Martínez, E., & Miley, T. J. (2010). The constitution and the politics of national identity in Spain. *Journal of the Association for the Study of Ethnicity and Nationalism, Nations and Nationalism*, 6–30.



- Krauel, J. (2013). *Imperial Emotions: Cultural Responses to Myths of Empire in Fin-de-Siècle Spain*. Liverpool University Press.
- Nuñez-Seixas, X. M. (1995). Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente. *Análise Social*, XXX(131–132), 489–526.
- Preston, P. (2005). *The Triumph of Democracy in Spain*. Taylor & Francis e-Library.
- Resende, M. M. (2015). *Catholicism and Nationalism. Changing Nature of Political Parties*. Routledge.
- Romão, F. V. (2014). *Nacionalismos Espanhóis. Tensão e Conflitualidade*. Edições 70.
- Romão, F. V. (2017). *Espanha e Catalunha. Choque entre nacionalismos*. Bookbuilders.

## VII. Webgrafia

- Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado (2010), *Boletín Oficial del Estado: viernes 16 de julio de 2010, Núm. 172*. Disponível em: <https://boe.es/boe/dias/2010/07/16/>.
- Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado (2017), *Sentencia 114/2017, de 17 de octubre de 2017*. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2017-12206>.
- Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado (2010), *Sentencia 31/2010, de 28 de junio de 2010*. Disponível em: [https://boe.es/diario\\_boe/txt.php?id=BOE-A-2010-11409](https://boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2010-11409).
- Assemblea Nacional Catalana (2020), *Historia*. Disponível em: <https://assemblea.cat/historia-2/>.
- Bases de Manresa (2020), *Les Bases de Manresa*. Disponível em: <http://www.basesdemanresa.cat/les-bases-de-manresa/>.
- BBC News (2010, 10 de julho), *Catalan protesters rally for greater autonomy in Spain*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/10588494>.

Boletín Oficial del Estado (2010). *Sentencia 31/2010, de 28 de junio de 2010*. Disponible em: <https://boe.es/boe/dias/2010/07/16/pdfs/BOE-A-2010-11409.pdf>.

Carod-Rovira, Josep Lluís (1986, 1 de noviembre), *Una necessitat vital: refundar ERC?* Disponible em: <https://pandora.girona.cat/viewer.vm?id=0001008739&page=9&search=&lang=ca&view=hemeroteca>.

Consell de Garanties Estatutàries de Catalunya (2020). *Institució. Consell Consultiu*. Disponible em: [https://www.cge.cat/contingut.php?id\\_pagina=15](https://www.cge.cat/contingut.php?id_pagina=15).

Defensor del Pueblo (2020), *¿Qué es el defensor?* Disponible em: <https://www.defensordelpueblo.es/el-defensor/que-es-el-defensor/>.

Diari Oficial de la Generalitat de Catalunya (2014), *Decret 129/2014, de 27 de setembre, de convocatòria de la consulta popular no referendària sobre el futur polític de Catalunya*. Disponible em: <https://assemblea.cat/historia-2/>.

El País (2010, 29 de junho), *Bandera e himno son “símbolos nacionales” de Cataluña entendida como “nacionalidad”*. Disponible em: [https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762405\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762405_850215.html).

El País (2010, 29 de junho), *Cataluña queda como “nación” retórica y “nacionalidad” efectiva*. Disponible em: [https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762401\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762401_850215.html).

El País (2010, 29 de junho), *Rajoy responde a los partidos catalanes: “No es momento de excesos”*. Disponible em: [https://elpais.com/elpais/2010/06/29/actualidad/1277799433\\_850215.html?rel=listapoyo](https://elpais.com/elpais/2010/06/29/actualidad/1277799433_850215.html?rel=listapoyo).

El País (2010, 29 de junho), *Una lengua de uso no preferente y menos poder sobre municipios*. Disponible em: [https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762403\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762403_850215.html).

El Periódico.cat (2010, 10 de julho), *La manifestació ha desbordat totes les previsions*. Disponible em:

<https://web.archive.org/web/20120304064528/http://www.elperiodico.cat/ca/noticias/politica/20100710/1100000-persones-assisteixen-marxa-protesta-per-sentencia/379832.shtml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Artur Mas i Gavarró*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0244023.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Assemblea Nacional Catalana*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0522585.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Centre Català*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-partits-98.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Centre Nacional Català*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-partits-100.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Estatut d'Autonomia de Catalunya del 2006*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0282747.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Jordi Solé i Tura*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0063375.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *la Renaixença*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0054881.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Lliga Regionalista*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-partits-712.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Mancomunitat de Catalunya*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0039693.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Òmnium Cultural*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0047336.xml>.

Enciclopèdia.Cat (2020), *Unió Democràtica de Catalunya*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0068387.xml>.

Enciclopèdia.Cat(2020), *Josep Tarradellas i Joan*. Disponible em:  
<https://www.enciclopedia.cat/ec-gec-0065292.xml>.

Esquerra Republicana de Catalunya (2020), *Història d'un partit*. Disponible em:  
<https://www.esquerra.cat/ca/historia-partit-esquerra-republicana-erc>.

Generalitat de Catalunya (2020), *El Règim de la Nova Planta*. Disponible em:  
<https://web.gencat.cat/ca/generalitat/historia/regim-de-nova-planta/index.html>.

Generalitat de Catalunya (2020), *Parlament de Catalunya. Escons. Per candidatures. Províncies*. Disponible em: <https://www.idescat.cat/pub/?id=aec&n=914>

Generalitat de Catalunya (2020), *Rederèndums. Distribució dels vots. Per opcions*. Disponible em: <https://www.idescat.cat/pub/?id=aec&n=923>.

Generalitat de Catalunya, *Text de l'Estatut aprovat el 2006*. Disponible em:  
<https://web.gencat.cat/ca/generalitat/estatut/estatut2006/index.html>

La Vanguardia (2005, 26 de abril). *ERC propone el derecho de autodeterminación en el Estatu, pero está dispuesta a negociarlo*. Disponible em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2005/04/26/pagina-18/39356343/pdf.html>.

La Vanguardia (2010, 11 de julho), *Catalunya no se rinde*. Disponible em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/11/pagina-18/82444797/pdf.html>  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/11/pagina-19/82484456/pdf.html>.

La Vanguardia (2010, 12 de maio), *Duran recoge el consenso catalán en que el Estatut incluya la financiación*. Disponible em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2005/05/12/pagina-19/39639050/pdf.html>.

La Vanguardia (2010, 26 de abril), *La propuesta financiera del Govern descarta definitivamente el concierto económico*. Disponible em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2005/04/26/pagina-19/39356348/pdf.html>.

La Vanguardia (2010, 29 de junho), *Estocada constitucional*. Disponível em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/06/29/pagina-10/82361078/pdf.html>.

La Vanguardia (2010, 29 de junho), *Límites al corazón del Estatut: símbolos y competencias*. Disponível em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/06/29/pagina-14/82349832/pdf.html>.

Lletra – La literatura catalana a Internet (2020), *La Renaixença*. Disponível em:  
<https://lletra.uoc.edu/ca/periode/la-renaixenca/detall>.

Mas, Artur (2010, 4 de julho), *El espejo roto*. La Vanguardia. Disponível em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/04/pagina-19/82464389/pdf.html>.

Ministério do Interior (2020). Disponível em:  
<http://www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=2&codPeriodo=197706&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>

Navarro, Vicenç (2003, 12 de novembro). *¿Qué es el 'pujolismo'?* Disponível em:  
[https://elpais.com/diario/2003/11/13/opinion/1068678008\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2003/11/13/opinion/1068678008_850215.html).

Òmnium Cultural, *Comunicat als socis d'Òmnium Cultural*. Disponível em:  
<https://www.omnium.cat/ca/comunicat-als-socis-domnium-cultural/>.

Rajoy, Mariano (2010, 2 de fevereiro). En España la soberanía la tienen los españoles. La Vanguardia. Disponível em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2005/02/02/pagina-26/33700261/pdf.html>

Zapatero, José Luis Rodríguez (2010, 4 de julho), *Autogobierno y convivencia*. La Vanguardia. Disponível em:  
<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/04/pagina-18/82418498/pdf.html>

<http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/2010/07/04/pagina-19/82464389/pdf.html>.